Universidade do Minho
Escola de Economia, Gestão e Ciência Política

Sandro Miguel Martins Dantas

O que fazem os Presidentes das Câmaras Municipais após deixarem o cargo

abril de 2026

O que fazem os Presidentes das Câmaras Municipais após deixarem o cargo
Sandro Dantas
UMinho | 2026

Universidade do Minho
Escola de Economia, Gestão e Ciência Política

Sandro Miguel Martins Dantas

O que fazem os Presidentes das Câmaras Municipais após deixarem o cargo

Dissertação de Mestrado
Mestrado em Administração Pública

Trabalho efetuado sob a orientação do
Professor Doutor Miguel Ângelo Vilela Rodrigues

Abril de 2026

DIREITOS DE AUTOR E CONDIÇÕES DE UTILIZAÇÃO DO TRABALHO POR TERCEIROS

Este é um trabalho académico que pode ser utilizado por terceiros desde que respeitadas as regras e boas práticas internacionalmente aceites, no que concerne aos direitos de autor e direitos conexos.

Assim, o presente trabalho pode ser utilizado nos termos previstos na licença abaixo indicada.

Caso o utilizador necessite de permissão para poder fazer um uso do trabalho em condições não previstas no licenciamento indicado, deverá contactar o autor, através do RepositóriUM da Universidade do Minho.

Licença concedida aos utilizadores deste trabalho



Atribuição-NãoComercial-SemDerivações

CC BY-NC-ND

https://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/

Agradecimentos

Esta tese representa o culminar de um processo iniciado em 2024. Propus-me a este desafio porque pretendia conhecer com maior profundidade este "instituto" que é a administração pública, esperando, no futuro e no âmbito das funções que desempenho, que o conhecimento adquirido pudesse contribuir, de alguma forma, para melhorar o serviço prestado pela Câmara Municipal de Santo Tirso aos munícipes e também o meu nível de qualificação académica.

Sabia que o desafio era exigente, pelo curso em si, pelo grau de exigência da Universidade do Minho, pelo tempo que teria de dispensar do ponto de vista pessoal e pela necessidade de o conciliar com a minha vida profissional e política, mas a experiência foi gratificante.

Agradeço, em geral, a toda a comunidade escolar, que me proporcionou as melhores condições para que pudesse concretizar com sucesso este novo patamar académico, e, em particular, aos meus professores, pelo conhecimento partilhado, e aos meus colegas de curso, pelos bons momentos que passámos juntos.

Uma referência especial ao João Quesado, um amigo da Rádio Renascença, por ter partilhado o seu trabalho relacionado com as autárquicas de 2025, que foi uma excelente base de trabalho para o desenvolvimento da base de dados que suportou este trabalho.

Não poderia deixar de agradecer, de forma especial, ao meu orientador, o Professor Doutor Miguel Ângelo Rodrigues, pela sua disponibilidade e por todo o apoio que me proporcionou. Fico grato pelas conversas que tivemos e pela troca de experiências, da qual saí mais "rico".

E, por fim, um agradecimento muito especial à minha família, em particular à minha esposa, Fátima, e aos meus filhos, pela compreensão e por todo o suporte dado nos momentos mais difíceis, o qual foi fundamental para concluir este projeto.

Declaração de integridade

Declaro ter atuado com integridade na elaboração do presente trabalho académico e confirmo que não recorri à prática de plágio nem a qualquer forma de utilização indevida ou falsificação de informações ou resultados em nenhuma das etapas conducente à sua elaboração.

Mais declaro que conheço e que respeitei o Código de Conduta Ética da Universidade do Minho.

Declaração de uso de ferramentas de inteligência artificial (IA)

Declaro ter atuado com integridade na elaboração do presente trabalho académico e confirmo que não recorri a qualquer forma de utilização indevida de ferramentas de Inteligência Artificial (IA), nem à falsificação ou omissão de informações, fontes, dados, resultados ou processos em nenhuma das etapas conducentes à sua elaboração.

Declaro ainda que qualquer utilização de ferramentas de IA foi feita de forma transparente e responsável, encontrando-se devidamente assinalada/descrita no trabalho, e que procedi à verificação crítica da exatidão do conteúdo produzido com o seu apoio, assumindo integralmente a responsabilidade pelo que submeto.

Mais declaro que conheço e que respeitei o Código de Conduta Ética da Universidade do Minho, bem como as normas aplicáveis de integridade académica e de proteção de dados.

Resumo

A lei da limitação de mandatos, aplicada pela primeira vez em 2013, alterou profundamente o cenário político local em Portugal. Os autarcas com três mandatos consecutivos ficaram impedidos de se apresentar novamente a eleições.

Esta limitação legal, amplamente discutida em Portugal e geradora de discordância a vários níveis, introduziu um sistema de rotatividade nos cargos de presidente de Câmara e de presidente de Junta que até então não existia. Questionava-se a legitimidade democrática da perpetuação no poder de muitos dos autarcas de então: limitação autoimposta ou liberdade de escolha dos eleitores?

Nas eleições autárquicas de 2013, 160 presidentes de câmara ficaram impedidos de se recandidatar (Veiga, Veiga, Fernandes, & Martins, 2017), marcando profundamente a história municipalista portuguesa. Deixou de ser possível a perpetuação de autarcas no poder local, combatendo uma espécie de "czarismo" instalado e possibilitando uma renovação considerável dos titulares dos cargos.

Esta alteração teve um impacto relevante no percurso profissional dos autarcas, o que torna importante o seu estudo. Seria a limitação de mandatos um fim em si mesmo?

Esta dissertação pretende, assim, analisar as trajetórias profissionais dos presidentes de câmara após a cessação de funções, com particular incidência nos autarcas impedidos de se recandidatar nas eleições autárquicas de 2025, e perceber se existe futuro para os ex-presidentes de câmara.

Ainda não existem estudos empíricos em Portugal que evidenciem esta evolução comportamental. Por isso, a presente investigação adota uma estratégia metodológica de natureza mista, combinando uma abordagem descritiva com uma vertente explicativa de carácter econométrico. Analisam-se os autarcas impedidos de se recandidatar, em 2025, ao município que presidiam, procurando identificar padrões, tipologias de percurso e tendências dominantes e avaliar em que medida determinadas características partidárias, políticas e institucionais influenciam os percursos profissionais subsequentes.

A análise dos dados permite concluir que existe uma percentagem residual de autarcas impedidos de se recandidatar que tenta contornar a lei, candidatando-se a concelhos vizinhos ou às assembleias municipais dos municípios que presidiam. Contudo, de forma mais significativa, os resultados mostram que a limitação de mandatos não constitui o fim de linha para um ex-presidente de câmara, porque este continua na órbita do poder, seja em cargos eletivos, seja em cargos de nomeação.

Os resultados obtidos permitem identificar um padrão claro de continuidade no espaço político e administrativo, contrariando a ideia de que o fim do ciclo autárquico corresponde, necessariamente, a um fim de linha.

Palavras-chave: Limitação de mandatos; eleições autárquicas; ex-presidentes de câmara; trajetórias profissionais.

Abstract

The term-limit law, first applied in 2013, profoundly changed the local political landscape in Portugal. Local mayors who had served three consecutive terms were barred from standing for re-election.

This legal restriction, widely debated in Portugal and a source of disagreement at several levels, introduced a system of rotation in the offices of mayor and parish council chairperson that had not previously existed. The democratic legitimacy of many incumbent mayors remaining in power was called into question: should there be a self-imposed limit, or should voters simply be allowed to choose?

In the 2013 local elections, 160 mayors were barred from standing for re-election (Veiga et al., 2017), an event that left a profound mark on the history of Portuguese local government. It was no longer possible for local leaders to remain in power indefinitely, thereby combating a form of 'tsarism' that had taken hold and enabling a significant renewal of local political leadership.

This change had a significant impact on the career paths of local leaders, which makes it important to study. Was the term limit an end in itself?

This dissertation therefore aims to analyse the career trajectories of mayors after leaving office, with particular attention to those prevented from standing for re-election in the 2025 local elections, and to examine whether there is a future for former mayors.

There are still no empirical studies in Portugal documenting this behavioural shift; therefore, this research adopts a mixed-methods strategy, combining a descriptive approach with an explanatory econometric component. It analyses mayors barred from standing for re-election in 2025 in the municipalities they had previously led, in order to identify patterns, career trajectories and dominant trends, and to assess the extent to which certain party, political and institutional characteristics influence subsequent career paths.

The analysis of the data leads to the conclusion that a small residual share of mayors barred from standing for re-election attempts to circumvent the law by running in neighbouring municipalities or by seeking election to the municipal assemblies of the municipalities they had previously led. More significantly, however, the results show that term limits are not the end of the line for a former mayor, since these actors tend to remain within the sphere of power, whether in elected or appointed positions.

The results reveal a clear pattern of continuity within the political and administrative sphere, contradicting the notion that the end of a local government term necessarily marks the end of the road.

Keywords: Term limits; local elections; former mayors; career paths.

Índice

1 Introdução **1**

1.1 Enquadramento do problema . . . 1

1.2 Problema de investigação . . . 3

1.3 Objetivos da dissertação . . . 3

1.4 Questões de investigação . . . 3

1.5 Estrutura da dissertação . . . 4

2 Revisão de Literatura Teórica **5**

2.1 Carreiras políticas e pós-carreira . . . 6

2.2 Limitação de mandatos e incentivos à saída . . . 6

2.3 Trajetórias profissionais após o exercício de cargos públicos . . . 7

2.4 Condicionantes institucionais e contextuais . . . 9

2.5 Evidência empírica portuguesa relevante . . . 9

2.6 Síntese da literatura e lacunas identificadas . . . 10

3 Contexto Institucional Português **24**

3.1 O Presidente da Câmara Municipal em Portugal . . . 24

3.2 Limitação de mandatos autárquicos . . . 25

3.3 O mercado político-administrativo pós-mandato . . . 27

4 Metodologia **29**

4.1 Estratégia de investigação . . . 29

4.2 Universo e unidade de análise . . . 29

4.3 Fontes de dados . . . 29

4.4 Técnicas de análise . . . 30

4.5 Análise descritiva dos dados . . . 30

4.5.1 Tipologia das trajetórias pós-mandato . . . 30

4.5.2 Fatores explicativos observados . . . 35

4.6 Modelo econométrico . . . 35

4.6.1 Estratégia econométrica . . . 35

4.6.2 Hipóteses de trabalho . . . 39

5 Análise Empírica e Resultados **42**

5.1 Estatística descritiva das variáveis . . . 42

5.2 Resultados . . . 43

5.2.1 Primeiro estágio: modelo probit 43
5.2.2 Segundo estágio: modelo logit multinomial 44
5.2.3 Efeitos marginais: probabilidades preditas médias 46
5.3 Síntese da verificação das hipóteses 51

6 Conclusão **54**
6.1 Síntese dos principais resultados 54
6.2 Contributos teóricos e empíricos 55
6.3 Limitações do estudo 55

Bibliografia **57**

Anexos **59**
Anexo 1 – Lei n.º 46/2005, de 29 de agosto 59
Anexo 2 – Lista dos presidentes de câmara impedidos de se recandidatar em 2025 59

Índice de Figuras

Os presidentes de câmara com o maior número de mandatos 26
Distribuição do número de mandatos pelos 308 presidentes de câmara 31
Espectro político-partidário dos autarcas em situação de limitação de mandatos 31
Distribuição dos cargos políticos 33
Número de autarcas que tentaram contornar a lei de limitação de mandatos, candidatando-se a outros órgãos e/ou a concelhos vizinhos 33
Identificação da tipologia de trajetórias dos ex-autarcas 34
Probabilidades preditas médias por tipo de destino pós-mandato 46
Probabilidades preditas por tipo de destino, segundo o número de mandatos 47
Probabilidades preditas por tipo de destino, segundo a dimensão do município 48
Probabilidades preditas por tipo de destino, segundo as receitas municipais per capita 49
Probabilidades preditas por tipo de destino, segundo a proporção de vitória eleitoral 50

Índice de Tabelas

Tabela-Síntese da Revisão da Literatura Teórica 11
Presidentes de câmara que se retiraram e ainda não tinham cumprido três mandatos 32
Síntese das hipóteses de trabalho 41
Estatística descritiva das variáveis do modelo 42
Modelo probit — Primeiro estágio (variável dependente: transição para a vida pública nacional) 43
Modelo logit multinomial — Segundo estágio (RRR; categoria de referência: nomeação para estrutura administrativa) 45
Síntese da verificação das hipóteses de trabalho 52
Lista dos presidentes de câmara em situação de limitação de mandatos (Autárquicas 2025) 59

1 Introdução

1.1 Enquadramento do problema

Os autarcas eleitos pós-regime ditatorial são os grandes obreiros do desenvolvimento socioeconómico dos concelhos espalhados pelo país. Alguns deles começaram bem cedo na vida política ativa, fazendo parte de movimentos políticos que atuavam na clandestinidade.

A sua ascensão natural como candidatos às primeiras eleições livres autárquicas de 1976 surge como fruto do trabalho que se foi desenvolvendo junto das comunidades onde estavam inseridos. Os mais notáveis, os mais reivindicativos, aqueles que nutrem um especial interesse pela gestão da coisa pública surgem como os candidatos escolhidos.

Chegados ao poder, assiste-se a um nível de infraestruturação dos concelhos como nunca se tinha assistido. Os políticos, com anos de carreira e trabalho feito, facilmente se conseguiam perpetuar no poder. As pessoas reconheciam-lhes o mérito, e a conquista, manutenção e exercício do poder por parte dos autarcas constituía um dos grandes desígnios do poder político (Moreira, 1997).

Num sistema democrático, de eleições livres, com partidos de oposição, pressupõe-se a rotatividade dos cargos (Martins, 2015), mas nem sempre foi assim. Em muitos casos, os cidadãos acabam por eleger, de forma consecutiva, o governante ou o partido que está no poder, não promovendo a alternância necessária.

Os autarcas do pós-25 de Abril, tal como os capitães do movimento são frequentemente vistos como os pais da revolução, assumem-se como grandes responsáveis pelo desenvolvimento territorial do país. A esta imagem associou-se uma espécie de paternalismo que justificava e alimentava a permanência prolongada no poder.

Naturalmente que a lei da limitação de mandatos veio colocar um ponto final à reeleição sucessiva. Criou-se aqui um sentimento de ausência de futuro político. Fui autarca toda a vida, que vou fazer agora? Este era o sentimento da larga maioria dos políticos locais.

Do ponto de vista da discussão pública, a limitação de mandatos parece colher apoio por parte da população em geral, ainda que o tema suscite posições divergentes. Aqui poderíamos discutir as vantagens e as desvantagens da limitação de mandatos. Há teóricos que defendem as vantagens do modelo, porque impede a perpetuação no poder de determinados atores, fomenta a rotatividade na presidência e estimula o aparecimento de novos protagonistas políticos. Por outro lado, há quem discuta a legitimidade da limitação, na medida em que se coloca em causa a sua democraticidade.

Em boa verdade, não caberá ao povo decidir, de forma livre e democrática, em quem quer votar? Os mecanismos legais que impedem uma recandidatura ao fim de três mandatos não impedem que os ex-presidentes se recandidatem a outros municípios e acabem por ser eleitos. Veja-se, por exemplo, o caso de Ribau Esteves, que, após ter sido presidente da Câmara Municipal de Ílhavo durante 16 anos, foi eleito presidente da Câmara Municipal de Aveiro. Aquilo que o legislador pretendia impedir com o espírito da lei – a permanência continuada no cargo – é, na prática, contornado pelos políticos, com a anuência do eleitorado, o que questiona a eficácia da

lei enquanto instrumento de renovação política efectiva.

Esta alteração legislativa baseou-se, fundamentalmente, na Constituição da República Portuguesa (CRP), nomeadamente no artigo n.º 118, que prevê o princípio da renovação.

Este artigo estipula que ninguém pode exercer, a título vitalício, qualquer cargo político de âmbito nacional, regional ou local, e que a lei pode determinar limites à renovação sucessiva dos mandatos dos titulares de cargos políticos executivos. No âmbito das autarquias locais, a persistência de um elevado número de autarcas no exercício das suas funções fez com que os atos eleitorais fossem considerados insuficientes para garantir a observância do princípio da renovação. A lei que estabelece limites à renovação sucessiva de mandatos dos presidentes dos órgãos executivos das autarquias locais pretende, assim, garantir uma maior equidade na participação dos cidadãos nos cargos políticos (Neves, 2013), tendo sido aprovada pela Assembleia da República em agosto de 2005.

O cargo de Presidente da Câmara Municipal ocupa uma posição central na organização política do poder local, com relevância institucional e visibilidade pública significativas. Nas democracias contemporâneas, o governo local constitui um nível de decisão política essencial para a provisão de bens públicos, a proximidade aos cidadãos e a implementação de políticas públicas. Nesse contexto, a saída do cargo representa um momento crítico na trajetória política de quem o exerceu, abrindo um período de transição cujas características permanecem, em larga medida, pouco sistematizadas.

Aprovada em 28 de julho de 2005 e aplicada, pela primeira vez, nas eleições autárquicas de 2013, a limitação de mandatos colocou um fim a uma espécie de profissionalização duradoura do cargo de presidente de câmara. Estas foram as primeiras eleições autárquicas em que os candidatos ao órgão executivo das câmaras municipais e das freguesias deixaram de poder ser reeleitos depois de terem cumprido três ou mais mandatos consecutivos (art.º 1.º, n.º 1, da Lei 46/2005).

O objetivo era impedir a "cristalização" dos autarcas nos cargos, promovendo a alternância e a renovação dos protagonistas. A maioria concorda com a regra, mas há outros que discordam.

Os autarcas de carreira, que dedicaram uma vida à política, ficavam impedidos de se recandidatarem, limitando-se o acesso aos cargos autárquicos. Colocava-se a questão: e agora, que futuro? Depois de doze anos como presidente de câmara, ao serviço da população, qual vai ser o meu futuro?

A lei, aprovada em 2005, mas cujos efeitos práticos apenas se fizeram sentir em 2013, prevê, de resto, que a proibição diga especificamente respeito à liderança da câmara municipal e da junta de freguesia. Assim, qualquer um dos chamados "dinossauros" autárquicos pode concorrer aos mesmos órgãos noutros concelhos ou até aos mesmos órgãos no seu concelho, desde que não ocupe o primeiro lugar na lista.

A aplicabilidade da limitação legal é físico-temporal e não funcional, o que significa que houve, desde logo, quem encontrasse forma de a contornar, partindo para outros concelhos ou procurando outras alternativas políticas e profissionais. O tema é pertinente e atual e, como há pouca literatura relacionada, torna-se relevante identificar o trajeto profissional dos ex-presidentes de câmara, esclarecendo se o fim do ciclo autárquico é um fim em si mesmo

na carreira política.

1.2 Problema de investigação

Esta dissertação interroga o que sucede aos Presidentes de Câmara Municipal após deixarem o cargo e se essa saída corresponde ao término da carreira política ou, pelo contrário, a uma passagem para outras esferas institucionais, administrativas ou privadas.

A lei da limitação de mandatos colocou um ponto final na possibilidade de os presidentes de câmara exercerem as mesmas funções de forma ilimitada, abrindo, assim, o acesso ao cargo a outros atores.

Esta medida operacionalizou o princípio da rotatividade do cargo, marcando profundamente a história do poder local. As eleições autárquicas de 2013 foram o primeiro ensaio desta imposição, sendo que 160 presidentes de câmara municipal ficaram impedidos de se recandidatar (Veiga et al., 2017).

Com este acontecimento, os ex-presidentes de câmara tiveram que encontrar alternativas para os seus percursos profissionais. O tema em análise centra-se precisamente no impacto que a limitação de mandatos teve na carreira profissional destes autarcas: a lei entrou em vigor em 2013 e abrangerá apenas quatro atos eleitorais — 2013, 2017, 2021 e 2025 —, tornando o ciclo de 2025 o momento de maior expressão quantitativa deste fenómeno.

1.3 Objetivos da dissertação

Os objetivos do estudo são:

- Identificar trajetórias profissionais e políticas pós-mandato;
- Compreender fatores institucionais que condicionam essas trajetórias;
- Enquadrar o caso português na literatura internacional.

O objetivo do trabalho é analisar o comportamento dos autarcas com três mandatos consecutivos, impedidos de se recandidatarem nas eleições autárquicas de 2025, percebendo as suas tendências profissionais, se tentam contornar a lei concorrendo a novos cargos no poder local, ou se procuram outras alternativas de poder.

1.4 Questões de investigação

De forma aberta e sem formulação de hipóteses, colocam-se as seguintes questões:

- Que tipos de percursos são observáveis após o exercício do cargo?
- Qual o papel da limitação de mandatos nesses percursos?

- Que diferenças existem entre trajetórias políticas, administrativas e privadas?

1.5 Estrutura da dissertação

A dissertação organiza-se em sete capítulos. Após esta introdução, o Capítulo 2 desenvolve a revisão da literatura. O Capítulo 3 descreve o contexto institucional português. O Capítulo 4 explicita a metodologia. O Capítulo 5 apresenta a análise empírica e os resultados. O Capítulo 6 discute os resultados à luz da literatura. O Capítulo 7 encerra com conclusões, limitações e linhas futuras de investigação.

2 Revisão de Literatura Teórica

Este capítulo explica a metodologia utilizada para a revisão da literatura e organiza-a de forma temática, articulando os contributos relevantes para compreender as trajetórias pós-mandato dos Presidentes de Câmara Municipal.

Realizamos pesquisas em motores de busca como o *Google Scholar* e o *Consensus*, obtendo um número muito elevado de resultados. Numa primeira fase, utilizámos expressões em português, mas encontrámos um número reduzido de artigos científicos correlacionados. Dos trabalhos encontrados, a larga maioria era brasileira e muito poucos eram portugueses. Quanto aos artigos portugueses, estes foram produzidos maioritariamente pela comunicação social regional e nacional, encontravam-se dispersos e abordavam o tema de forma fragmentada, num contexto mais local ou apenas relacionado com as principais câmaras municipais do país, sobretudo nas vésperas de eleições autárquicas, o que impossibilitava uma visão global do tema em estudo.

Tornou-se imprescindível partir das expressões gerais – porque pretendíamos alcançar o maior número possível de literatura relacionada –, como "presidentes de câmara", em que obtivemos 85.100 resultados, ou "limitação de mandatos", em que acedemos a 56.500 resultados, ou ainda como "limitação de mandatos dos presidentes de câmara" e "percurso profissional dos presidentes de câmara", com 32.400 resultados, para expressões mais específicas como "percurso profissional dos ex-presidentes de câmara", com 1.470 resultados, para obtermos resultados mais concretos e específicos.

Destes, os trabalhos encontrados abordam maioritariamente a problemática da limitação dos mandatos em si mesma, ou seja, vantagens e desvantagens, a contextualização do tema a nível nacional e internacional, a evolução histórica da problemática e da implementação da limitação. Encontramos trabalhos específicos como a limitação de mandatos ao nível das autarquias locais e as suas implicações ao nível das finanças, o acesso do cargo ao público feminino, as dinastias de presidentes de câmara no Portugal democrático e até os determinantes da reeleição dos presidentes de câmara, havendo poucas referências quanto ao objeto de estudo que pretendemos analisar, ou seja, o trajeto profissional dos ex-autarcas.

Foi imprescindível optar pela utilização de expressões em língua inglesa para ampliar a possibilidade de encontrarmos artigos relevantes para o nosso estudo, reduzindo a oferta de referências que, pela sua generalidade, não tinham relevância para a investigação.

Utilizámos expressões como "term limits" e "effects of term limits on politicians career" e obtivemos 1.010.000 resultados; "former mayor", com 965.000 referências; "I'm a former mayor, and now?", com 394.000 referências; e "career after mayor", com 483.000 resultados. Foi necessário tornar as expressões mais específicas para aumentar a probabilidade de obter artigos relevantes para o nosso estudo. Passámos, por isso, a utilizar expressões como "term limits and mayors careers", "What do mayors do after leaving office?" e "do term limits affect mayors career?", com as quais conseguimos reduzir a amostra para 40.900 resultados e, por fim, "how term limits affect mayors careers in Portugal?", já com 18.900 resultados.

De facto, os resultados encontrados ficam muito aquém do expectável. Identificámos poucos artigos

relacionados, a maioria provenientes dos Estados Unidos, que podem ser utilizados no nosso estudo por mapearem o percurso de ex-líderes locais, estaduais e nacionais e por poderem ajudar a traçar os caminhos mais comuns. Porém, não existem estudos científicos que permitam identificar de forma sistemática o percurso dos ex-presidentes de câmara em Portugal.

2.1 Carreiras políticas e pós-carreira

A entrada em vigor da Lei n.º 46/2005, de 29 de agosto, marca um período determinante na vida autárquica portuguesa: pela primeira vez é imposto um limite legal à reeleição dos autarcas portugueses. Os autarcas de carreira viram-se impedidos de dar sequência a uma espécie de paternalismo presidencial que alguns haviam construído ao longo de décadas. Casos como o de Mesquita Machado, ex-presidente da câmara municipal de Braga com dez mandatos consecutivos, tornaram-se emblemas desse modelo. Aceita-se que a limitação de mandatos teve consequências diretas no trajeto profissional destes autarcas, condicionando-os na atuação e obrigando-os a encontrar alternativas de carreira após uma vida inteira dedicada à causa pública.

As primeiras abordagens à carreira dos Presidentes de Câmara problematizam a ideia de que a saída do cargo constitui necessariamente o fim da carreira política. Murphy (1980) sublinha a diversidade de percursos pós-mandato, questiona o conceito de encerramento definitivo e desmistifica a ideia de que os presidentes de câmara são prejudicados no acesso a cargos superiores. Wolman, Page, and Reavley (1990) acrescentam que a presidência de uma câmara não constitui um processo concluído, podendo representar apenas uma etapa de um percurso mais amplo de permanência no cargo ou de ascensão a funções mais elevadas. A distinção entre políticos de carreira e políticos de passagem, bem como os modelos explicativos de Mattozzi and Merlo (2007), permitem enquadrar a permanência ou a transição para outros cargos, mostrando que o cargo de presidente não corresponde a um circuito fechado e que fatores monetários e outras características do ambiente político-económico afetam as carreiras.

2.2 Limitação de mandatos e incentivos à saída

Os modelos económicos e eleitorais da limitação de mandatos analisam incentivos à saída e os seus efeitos no comportamento dos decisores.

Glaeser (1997) oferece um enquadramento teórico sobre as restrições de mandato. Segundo o autor, os limites de mandato autoimpostos existem porque eleitores avessos ao risco preferem garantir alternância política, evitando que a vantagem do incumbente permita a uma ideologia dominar o poder durante demasiado tempo. No caso português, os autarcas locais não estavam sujeitos a limitação de mandatos. Esta limitação, amplamente discutida, nem sempre gerou consensos. A lei que limitava os mandatos dos presidentes de câmara e dos presidentes de junta pretendia evitar a perpetuação dos autarcas no poder, obrigando à rotatividade no cargo e contribuindo, assim, para o aprofundamento da transparência no uso do poder local. Com a promulgação da lei, geraram-se dúvidas quanto

à sua aplicabilidade, sendo precisamente essa dimensão jurídica da limitação que é discutida por Azevedo (2014) e Amado (2016), que defendem a sua natureza territorial, e não funcional; isto é, um ex-presidente de câmara poderia candidatar-se novamente desde que fosse para outro concelho.

Os efeitos políticos e financeiros desta limitação são explorados por Rodrigues (2016), Silva and Martins (2017), Veiga et al. (2017) e Pereira (2024). Rodrigues (2016) refere que os autarcas que não se podem recandidatar à mesma câmara municipal são menos gastadores, o que acaba por desmistificar a ideia pré-concebida de que os incumbentes em fim de mandato gastam sem limites para deixar obra feita, onerando o equilíbrio das finanças públicas dos novos eleitos.

Por sua vez, Veiga et al. (2017) corroboram o argumento de que os autarcas em fim de ciclo tendem a registar menor despesa do que os autarcas que podem ser reeleitos e assinalam um efeito positivo na participação eleitoral nas autárquicas de 2013, tendo este ato eleitoral sido o primeiro ensaio da limitação de mandatos dos presidentes de câmara. São aí apresentados os primeiros números relativos aos impedidos de se recandidatarem e a primeira tipificação das trajetórias profissionais dos ex-autarcas. Este estudo revela que a limitação de mandatos levou a uma considerável renovação dos autarcas. Verificou-se que 160 presidentes de câmaras municipais foram impedidos de se recandidatar (52% do total), dos quais 82 representavam o PPD-PSD (14 em coligação com o CDS-PP ou com outros partidos), 59 representavam o PS, 13 o PCP-PEV, 1 o Bloco de Esquerda e 5 eram independentes. Dos 160 autarcas que não se puderam recandidatar à presidência da câmara onde exerciam o mandato, 75 foram candidatos à presidência da assembleia municipal, 3 integraram uma lista para a câmara e 10 candidataram-se à presidência da câmara de outro município, tendo 6 deles sido eleitos. Assim, cerca de 55% dos 160 autarcas impedidos de se recandidatar encontraram uma alternativa para permanecer na órbita do poder.

Silva and Martins (2017) referem que a aplicação da lei da limitação de mandatos expôs uma cultura política consolidada em que a elite política procura manter-se no poder, contornando as regras através da transição para outros cargos públicos ou da alternância entre diferentes órgãos. Este comportamento revela uma predisposição generalizada para adaptar ou contornar os regulamentos, comum às várias organizações partidárias, e uma visão uniforme do exercício do poder político por parte dos seus agentes.

Pereira (2024), num estudo recente sobre a atuação dos presidentes de câmara em período eleitoral, refere que os autarcas sem perspetivas de reeleição são mais contidos nos gastos públicos, contrariando a literatura tradicional, que aponta para um comportamento despesista e irresponsável por parte dos presidentes em fim de ciclo, com o objetivo de deixarem obra feita.

2.3 Trajetórias profissionais após o exercício de cargos públicos

A necessidade de reformar o sistema político português, a pressão da opinião pública e o debate aceso nos principais órgãos de comunicação social foram o rastilho necessário para implementar um sistema de limitação de mandatos aplicável aos autarcas portugueses. Tratava-se de um assunto tabu, que os principais partidos do arco governativo se

recusavam a colocar nas suas agendas. A lei surgiu com o objetivo principal de promover a renovação democrática, evitar a perpetuação no poder e combater a corrupção ou a má gestão associadas ao excesso de tempo no cargo. Autarcas com 20 anos de carreira viram-se impedidos de se recandidatar. Colocava-se, então, a questão: e agora, qual será o meu futuro profissional? Os chamados dinossauros, ou profissionais da política, viram-se arredados do poder e sem perspetivas futuras. Tendo sido sempre presidentes de câmara, interrogavam-se sobre o que lhes reservaria o futuro. O nosso trabalho pretende dar resposta a essas questões e perceber se o fim da carreira autárquica constitui um fim em si mesmo.

Watson and Hassett (2004) analisam movimentos para cargos administrativos, enquanto Theakston (2012) e Palmer and Schneer (2019) discutem oportunidades nos setores privado, financeiro e internacional. Navarro and Sanz (2018) referem que a ambição por cargos superiores não constitui um objetivo dominante entre os presidentes de câmara espanhóis.

Watson and Hassett (2004) analisam a trajetória das carreiras de alguns gestores municipais nas maiores cidades com sistema de conselho-gestor nos EUA. Este estudo, através da análise dos dados, refere que, entre os quatro caminhos possíveis, há dois que se destacam: os verticais, caracterizados pela subida para um patamar superior, e os proativos, que se movem entre cargos públicos, instituições e o setor privado. Refere também que a carreira profissional de um gestor municipal não é tão simples como a literatura sugere, nem a trajetória vertical constitui o único caminho possível para estes profissionais.

Anderson (2010) propõe que os ex-líderes podem permanecer em cargos públicos, sejam eles nacionais ou em organizações intergovernamentais, dedicar-se a negócios, ao setor não lucrativo ou reformar-se. Refere também que a agenda pessoal do político no período pós-cargo pode influenciar o seu comportamento enquanto presidente.

Theakston (2012), no seu estudo, revela que atualmente existem mais oportunidades para os ex-presidentes e que a carreira política não é um fim em si mesma, havendo potenciais percursos em organizações privadas, organizações internacionais, autoridades supramunicipais ou na comunicação social. No fundo, o autor distingue três carreiras possíveis após a saída do cargo: ministerial e outras atividades políticas, financeira e internacional. Salienta ainda a importância de uma conjugação de fatores de ordem pessoal, contextual e sistémica, que influenciam a escolha profissional do antigo líder.

Palmer and Schneer (2019), por sua vez, referem que existem várias oportunidades de carreira para os ex-políticos – membros do Congresso, governadores, membros do gabinete, funcionários do poder executivo e embaixadores – e que há uma propensão maior para integrarem conselhos de administração de organismos públicos do que para exercerem atividades de *lobbying*. Isto confirma-se na medida em que o aumento das restrições ao *lobbying* também parece empurrar os ex-funcionários para empregos alternativos.

Navarro and Sanz (2018) traçam um retrato bastante claro dos presidentes de câmara em Espanha, alinhando-os com os padrões europeus das elites políticas, mas destacando algumas especificidades interessantes. Ainda assim, distinguem-se por serem relativamente mais jovens do que os seus homólogos europeus. Além disso,

muitos apresentam carreiras longas na política local, o que sugere uma forte profissionalização e enraizamento neste nível de governação. O estudo responde diretamente à questão sobre o que planeiam fazer após o mandato: cerca de 60% pretendem recandidatar-se e continuar como presidentes de câmara; aproximadamente 30% querem abandonar a política e regressar à sua profissão; cerca de 7% desejam permanecer na política local, mas sem exercer o cargo de presidente de câmara; e apenas 6% manifestam interesse em progredir para outros níveis políticos (provincial, regional, nacional ou europeu). Um ponto particularmente relevante é que não se identificam trajetórias políticas típicas de "ascensão" do nível local para outras arenas políticas. Ou seja, ao contrário do que por vezes se assume, o cargo de presidente de câmara em Espanha tende a ser um fim da carreira política em si mesmo, e não necessariamente um trampolim para níveis superiores.

2.4 Condicionantes institucionais e contextuais

As condições institucionais e contextuais moldam a transição pós-mandato. Baturo (2016) relaciona democracia, desenvolvimento e oportunidades pós-cargo. Einstein, Glick, Palmer, and Pressel (2018) discutem a ambição progressiva e o acesso a cargos superiores.

Baturo (2016) argumenta que, para além dos constrangimentos democráticos e da responsabilização, a preocupação com a carreira dos líderes é um fator importante por detrás da sua rotação nos cargos. O regime democrático, os antecedentes pessoais e a economia influenciam o que os ex-líderes podem fazer e porquê. O autor aponta uma variedade de destinos prováveis para estes líderes, desde a permanência na política até ao prosseguimento de carreiras no mundo dos negócios, na função pública, em setores académicos e sem fins lucrativos, em organizações internacionais ou, ainda, à retirada total das carreiras públicas e privadas.

Einstein et al. (2018), por sua vez, demonstram que os fatores de contexto – ideológicos, institucionais e eleitorais – ajudam a explicar por que razão tão poucos presidentes de câmara de cidades de média e grande dimensão procuram um cargo superior. Entre aqueles que concorrem, muitos preferem manter-se como líderes das cidades, em vez de disputar cargos de nível superior. Muito provavelmente, isso deve-se à perceção generalizada de menor capacidade de concretização executiva aos níveis federal e estatal, porque as cidades "são onde realmente se faz o trabalho".

2.5 Evidência empírica portuguesa relevante

São escassos os estudos científicos políticos produzidos em Portugal que possam contribuir em larga escala para a caracterização e compreensão sistémica da classe política autárquica. Nomeadamente artigos que ajudassem a compreender o perfil dos incumbentes, as motivações das candidaturas e das reeleições, ou até o trajeto profissional após deixarem o cargo, e que contribuíssem de alguma forma para aprofundar o debate político em torno da qualidade da nossa classe política.

Saraiva (2017) analisa um caso português e dá um contributo válido para o estudo do poder local. Ao estudar o perfil dos líderes locais, incluindo género e características socioeconómicas, a autora caracteriza a representação política feminina na liderança do órgão executivo municipal entre 1974 e 2016. Aponta a sub-representação das mulheres na liderança das câmaras municipais em Portugal nesse período, demonstrando que, apesar dos progressos legais e políticos, a presença feminina continua residual e desigual, sobretudo nos cargos de topo do poder local.

A carreira política no poder local continua marcada por barreiras estruturais e culturais que limitam o acesso das mulheres aos cargos de topo, evidenciando que a igualdade formal não se traduz automaticamente em igualdade efetiva nos percursos políticos.

Já Madeira (2018) estuda os líderes locais com base na permanência no poder e na reeleição. Refere que a reeleição dos presidentes de câmara em Portugal depende sobretudo de fatores eleitorais e territoriais – especialmente da participação (ou abstenção) – sendo que a introdução da lei de limitação de mandatos alterou parcialmente os fatores explicativos, mas não modificou o padrão geral de vantagem dos incumbentes.

O artigo demonstra que a permanência no poder local em Portugal resulta menos de desempenho económico e mais de dinâmicas estruturais do eleitorado (participação e território), sendo que as reformas institucionais alteram parcialmente o comportamento eleitoral, mas não eliminam a vantagem dos incumbentes.

2.6 Síntese da literatura e lacunas identificadas

O estado da arte evidencia a predominância de estudos sobre entrada e permanência no cargo, contrastando com a escassez de investigações concretas e sistemáticas sobre a saída e as trajetórias pós-mandato ao nível local, particularmente em Portugal. Torna-se necessária uma articulação mais robusta entre limitação de mandatos, carreiras políticas e o mercado de trabalho político-administrativo.

Com efeito, os estudos disponíveis tendem a centrar-se predominantemente nos determinantes da permanência no poder ou nos impactos institucionais da limitação de mandatos, relegando para segundo plano o percurso dos autarcas após o exercício de funções executivas. Esta ausência é particularmente evidente no contexto português, onde a produção científica sobre o tema é escassa e pouco sistematizada.

Acresce que a informação existente sobre o destino profissional dos ex-presidentes de câmara surge, em grande medida, de forma dispersa e fragmentada, sendo frequentemente veiculada através de artigos da comunicação social, análises jornalísticas ou peças de opinião, sem um tratamento metodológico estruturado que permita extrair conclusões robustas e generalizadas. Esta dispersão dificulta não apenas a consolidação do conhecimento, mas também a compreensão dos padrões de mobilidade e reconversão das elites políticas locais.

Neste contexto, o presente estudo pretende contribuir de forma inovadora para o preenchimento desta lacuna, propondo uma análise sistemática e empiricamente sustentada das trajetórias profissionais dos presidentes de câmara após o termo dos seus mandatos. Ao fazê-lo, visa não só aprofundar o conhecimento sobre as dinâmicas

de circulação das elites políticas locais, mas também enriquecer o debate académico sobre carreiras políticas e os seus desdobramentos no período pós-exercício de funções. Assim, o trabalho aqui desenvolvido assume-se como um contributo relevante e original para a literatura, abrindo novas linhas de investigação num domínio ainda insuficientemente explorado.

Table 1 Tabela-Síntese da Revisão da Literatura Teórica

Autor/Data	**Tópico/Questão**	**Pressupostos/Modelo Teórico**	**Resultados**
Murphy (1980)	Para onde vão os presidentes de câmara? Uma nota sobre a carreira de presidente de câmara.	Este trabalho analisa o percurso de alguns ex-presidentes de câmara norte americanos. Analisa a visão convencional de que o cargo de presidente de câmara é um beco sem saída, com base em duas suposições: que poucos altos funcionários estaduais ou federais já foram presidentes de câmara; e que poucos presidentes de câmara já foram eleitos ou nomeados para cargos superiores.	Refere que o axioma político de que não há futuro político depois da vida de ex-presidente de câmara cai por terra. Não há fundamento para o argumento de que os presidentes de câmara são prejudicados no acesso a cargos superiores.

Continua na página seguinte

Table 1 – continuação

Autor/Data	**Tópico/Questão**	**Pressupostos/Modelo Teórico**	**Resultados**
Wolman (1990)	Presidentes e carreiras de presidentes.	O artigo analisa a presidência como uma etapa dentro de uma carreira política mais ampla, e não apenas como um cargo isolado. Analisa as características de fundo e as carreiras políticas dos presidentes de câmara de grandes cidades americanas (mais de 100 mil habitantes). Quem são, as suas origens, como chegam ao cargo e o que fazem depois de deixar o cargo.	As características de fundo desta elite são semelhantes às dos eleitos noutros níveis de governo. Refere que a rotatividade eleitoral é frequente e que resulta maioritariamente de aposentações voluntárias e não de derrotas eleitorais. A presidência não é necessariamente o ponto final da carreira política, mas refere que apenas 25% dos ex-presidentes concorreram a outro cargo político (locais, estaduais e federais). Destes, larga maioria não concorreu a cargos mais altos, mas sim locais. Na verdade, a maioria dos presidentes não procura outros cargos eletivos após deixar o cargo. Os presidentes parecem ser principalmente políticos locais.

Continua na página seguinte

Table 1 – continuação

Autor/Data	**Tópico/Questão**	**Pressupostos/Modelo Teórico**	**Resultados**
Glaeser (1997)	Limitação de mandatos "autoimpostos". Procura perceber se a limitação produz ganhos de utilidade dos eleitores através da aportação de benefícios ideológicos.	Os eleitores são avessos ao risco. Alternância no poder entre governantes de diferentes ideologias. Há 3 grupos de eleitores: de "esquerda", de "direita" e "oportunistas". Os eleitores preferem que haja uma alternância no poder do que serem governados durante um longo período de tempo por um político com ideologia extrema.	Os benefícios da limitação aumentam à medida que a aversão ao risco dos eleitores aumenta ou à medida que a percentagem de eleitores "oportunistas" diminui. Possíveis benefícios de antiguidade no cargo ou reeleição diminuem a procura da limitação.
Watson e Hassett (2004)	Percursos profissionais dos gestores municipais nas maiores cidades americanas com sistema de conselho-gestor.	Este artigo analisa as trajetórias profissionais de 113 gestores municipais em cidades com sistema de conselho-gestor e populações superiores a 100.000 habitantes. Na literatura conhecida, referem que existem quatro caminhos possíveis: os estáticos, aqueles que permanecem no mesmo local há pelo menos 10 anos; os horizontais, aqueles que se movem entre cidades do mesmo tamanho; os verticais, a trajetória de carreira tradicional; os proactivos, aqueles que se movem entre a administração pública, instituições sem fins lucrativos e sector privado.	Este estudo, através da análise dos dados, refere que, dentro dos 4 possíveis caminhos, há 2 que se destacam: os verticais; e os proactivos. Refere também que a carreira profissional de um gestor municipal não é tão simples como refere a literatura. E nem a trajetória vertical é o único caminho para os gestores municipais como referem os académicos.

Continua na página seguinte

Table 1 – continuação

Autor/Data	**Tópico/Questão**	**Pressupostos/Modelo Teórico**	**Resultados**
Mattozzi e Merlo (2007)	Carreira Política ou Políticos de Carreira? Refere que há dois caminhos possíveis que prevalecem entre os políticos nas democracias modernas: os políticos de carreira, aqueles que trabalham no sector político até à reforma; e as carreiras políticas, os políticos que abandonam a política antes da reforma e passam a trabalhar no sector privado.	Este estudo debruça-se sobre questões importantes como: Quem quer ser político e porquê? Como é que os incentivos monetários e outras características do ambiente político-económico afeta a qualidade dos políticos e as suas carreiras?	Este estudo demonstra que um aumento no salário que um político recebe enquanto está no cargo diminui a qualidade média dos indivíduos que se tornam políticos, diminui a rotatividade no cargo e pode tanto diminuir como aumentar a qualidade média dos políticos de carreira.
Anderson (2010)	O que acontece aos líderes políticos depois de deixarem o cargo?	O autor argumenta que muitos políticos não encaram o cargo como o fim da carreira, mas sim como uma etapa de uma trajetória profissional. O estudo sublinha que as oportunidades pós-carreira podem influenciar o comportamento dos políticos enquanto estão no cargo.	Principais destinos dos líderes após o cargo são o sector privado, o lobby e a advocacia, as organizações internacionais ou regresso à política. A principal conclusão é que as carreiras políticas não terminam com o mandato, e que as perspetivas de emprego depois do cargo influenciam os incentivos e decisões dos governantes.

Continua na página seguinte

Table 1 – continuação

Autor/Data	**Tópico/Questão**	**Pressupostos/Modelo Teórico**	**Resultados**
Theakston (2012)	A vida após a morte política: antigos líderes nas democracias ocidentais.	Este estudo debruça-se sobre as dificuldades de saídas profissionais para os antigos políticos. Analisando a evolução da situação, alertando que a partir dos anos 60 e 70, o ambiente político disponibilizou novas oportunidades.	O estudo revela que atualmente há mais oportunidades para os ex-políticos, que a carreira de político não é um fim em si mesma, com potenciais carreiras em organizações privadas, organizações internacionais, autoridades supramunicipais ou na comunicação social. No fundo o autor distingue três carreiras possíveis após a saída do cargo: ministerial e outras atividades políticas; financeira; e internacional.
Azevedo (2014)	A dimensão jurídica do problema da limitação de mandatos. A Constituição, a Lei 46/2005, de 29 de Agosto, e as decisões do Tribunal Constitucional.	Suscitaram-se dúvidas quanto à interpretação da lei: o alcance da limitação imposta revestia-se de natureza funcional, ou de natureza territorial?	Uma interpretação da Lei 46/2005, de 29 de Agosto, no sentido de estabelecimento de uma limitação de natureza funcional seria inconstitucional por violação do princípio da proporcionalidade. Aceita-se a limitação de natureza territorial.

Continua na página seguinte

Table 1 – continuação

Autor/Data	**Tópico/Questão**	**Pressupostos/Modelo Teórico**	**Resultados**
Amado (2016)	Limitação de Mandatos Autárquicos – Até quando o caciquismo em Portugal?	Este trabalho é um estudo circunscrito e objetivo da razão de ser da Lei n.º 46/2005, de 29 de Agosto, que representa a execução normativa da permissão contida no artigo 118º/2 da CRP e da limitação de mandatos executivos autárquicos, como garante do princípio da renovação, no plano das eleições autárquicas.	A L 46/2005, ao limitar ao exercício de três mandatos consecutivos a eleição de presidente de câmara (ou de junta de freguesia) toma como princípio que os mesmos mandatos foram exercidos na mesma autarquia. Nada, na Lei, pode levar a concluir que a consecutividade do exercício dos mandatos se encontra alargada a qualquer autarquia. E essa é uma interpretação que não se revela possível, atendendo quer à letra quer ao espírito da norma.
Baturo (2016)	Democracia, desenvolvimento, e trajetórias profissionais de antigos líderes políticos.	Este artigo argumenta que, para além dos constrangimentos democráticos e da responsabilização, a preocupação com a carreira dos líderes, é um fator importante por detrás da sua rotação nos cargos. O artigo explica como a democracia, os antecedentes pessoais e a economia influenciam o que os ex-líderes podem fazer e porquê.	Este autor conclui que nem a idade, nem os limites de mandatos explicam por si só se os líderes têm carreiras após a limitação de mandatos. Em vez disso, a democracia e os antecedentes pessoais determinam principalmente as suas carreiras.

Continua na página seguinte

Table 1 – continuação

Autor/Data	**Tópico/Questão**	**Pressupostos/Modelo Teórico**	**Resultados**
Rodrigues (2016)	Os efeitos nas finanças locais da limitação de mandatos dos autarcas Portugueses.	Este trabalho analisa se a limitação de mandatos nas câmaras municipais realmente alterou o padrão de despesa e receita dos municípios, ao eliminar interesses estratégicos dos autarcas.	Estas diferenças indicam que autarcas que não se podem recandidatar à mesma câmara municipal são menos despesistas e consequentemente arrecadam menos receita que autarcas que não estão legalmente limitados.
Saraiva (2017)	Liderança política no feminino. As presidentes de câmara no poder local em Portugal.	Este artigo pretende caracterizar a representação política feminina na liderança do órgão executivo municipal entre 1974 e 2016.	O melhor resultado foi obtido em 2009, com a eleição de 23 mulheres para um universo de 308 municípios, valor que se repetiu no período eleitoral seguinte, em 2013, revelando o fim da evolução constante, embora pouco expressiva, verificada a partir de 1997.

Continua na página seguinte

Table 1 – continuação

Autor/Data	**Tópico/Questão**	**Pressupostos/Modelo Teórico**	**Resultados**
Silva e Martins (2017)	A cultura da entronização e da eternização da elite política	Para além de outras contingências, as consequências práticas da entrada em vigor da lei da limitação dos mandatos revelaram uma tendência da elite política para o cultivo de estratégias de residência permanente nos lugares de representação. As atitudes sequentes dos políticos, colhidos pela legislação, em procurar, imediatamente, outros cargos com visibilidade e poder na administração pública ou em passar dos órgãos executivos para os órgãos deliberativos, denunciam, genericamente, uma cultura política estabelecida e uma predisposição propensa ao torneamento de regulamentos, verificando-se, desse modo, uma fórmula similar de funcionamento das diversas organizações partidárias e um espírito pariforme na interpretação do fenómeno político pelos seus agentes.	A aplicação da lei da limitação de mandatos expôs uma cultura política consolidada em que a elite política procura manter-se no poder, contornando as regras através da transição para outros cargos públicos ou da alternância entre diferentes órgãos. Este comportamento revela uma predisposição generalizada para adaptar ou contornar os regulamentos, comum às várias organizações partidárias, e uma visão uniforme do exercício do poder político por parte dos seus agentes.

Continua na página seguinte

Table 1 – continuação

Autor/Data	**Tópico/Questão**	**Pressupostos/Modelo Teórico**	**Resultados**
Veiga (2017)	Limitação de mandatos: o impacto nas finanças locais e na participação eleitoral.	Este estudo analisa os efeitos da introdução de limites à renovação sucessiva de mandatos dos presidentes dos órgãos executivos das autarquias locais, através da Lei n.º 46/2005, na gestão das finanças municipais e na participação eleitoral nas eleições autárquicas, tanto ao nível do município como da freguesia.	Este estudo revela que a limitação de mantados levou a uma considerável renovação dos autarcas. A análise revela também que os municípios com presidentes de câmara impedidos de se recandidatar tendem a registar menores totais de despesa e de receita por habitante que os municípios presididos por autarcas reelegíveis. Os resultados indicam ainda, e de uma forma clara, que a limitação de mandatos teve efeitos positivos sobre a participação eleitoral nas eleições autárquicas.

Continua na página seguinte

Table 1 – continuação

Autor/Data	**Tópico/Questão**	**Pressupostos/Modelo Teórico**	**Resultados**
Einstein (2018)	Os presidentes de câmara concorrem a cargos mais elevados? Novas evidências sobre a ambição progressista.	O estudo, apesar de constatar que as características individuais e das cidades têm algum poder preditivo, o historial demonstra que poucos presidentes de câmara procuram um cargo superior. O estudo sugere que os fatores ideológicos, institucionais e eleitorais ajudam a explicar porque razão tão poucos presidentes de câmara demonstram uma ambição progressista.	Os presidentes de câmara de cidades médias e grandes optam normalmente por não se candidatarem a cargos superiores. Menos de um quinto dos presidentes alguma vez concorreu a cargos mais elevados (governador; câmara dos representantes; cargo político ao nível do Estado; senado; presidente). A perceção aparentemente generalizada da ineficácia governativa a nível estatal, e especialmente federal, levou os presidentes de câmara a verem as cidades como os únicos locais onde se pode aprovar legislação interessante (são onde realmente se faz o trabalho).

Continua na página seguinte

Table 1 – continuação

Autor/Data	**Tópico/Questão**	**Pressupostos/Modelo Teórico**	**Resultados**
Madeira (2018)	Os determinantes da reeleição dos presidentes de câmara em Portugal (2002-2017).	Este estudo pretender compreender e analisar os fatores explicativos da permanência do mesmo candidato no poder nos 308 municípios portugueses; e aferir, se os determinantes da reeleição se alteraram com a introdução da lei de limitação de mandatos (2013).	O estudo diz-nos que o eleitorado dos municípios situados nas regiões (NUTS II) do Norte e do Centro apresentam uma maior propensão para reeleger o incumbente local face aos municípios do Sul, da RAA, e da RAM. E constata-se também que uma menor participação eleitoral dos eleitores afeta a probabilidade de reeleição, isto é, o incumbente beneficia com a abstenção

Continua na página seguinte

Table 1 – continuação

Autor/Data	**Tópico/Questão**	**Pressupostos/Modelo Teórico**	**Resultados**
Navarro (2018)	A base social e o desenvolvimento profissional dos presidentes de câmara espanhóis.	Este artigo analisa os perfis sociais dos presidentes de câmara espanhóis, os seus padrões de profissionalização e as suas ambições políticas, tentando responder a questões como: os líderes municipais partilham um passado comum? São amadores ou profissionais na política? O nível municipal é a primeira etapa de uma carreira política identificável dos representantes espanhóis?	A análise confirma que os presidentes de câmara espanhóis seguem, em grande medida, os padrões encontrados em estudos sobre elites políticas e, em particular, sobre executivos locais noutros países da Europa, mas com algumas singularidades distintivas. São principalmente homens, de meia-idade e com um elevado nível de instrução. São particularmente jovens para os padrões europeus. Uma elevada proporção deles estar na política local há relativamente muito tempo e de a maioria desejar permanecer na política (especialmente as mulheres). Dá resposta à questão o que planeia fazer no final do atual mandato (tinham mais um)? Quase 60 % dos presidentes de câmara espanhóis que responderam ao questionário declaram que pretendem continuar como presidentes de câmara por mais um mandato. Quase 30 % afirmam que pretendem abandonar a política e regressar à sua

Table 1 – continuação

Autor/Data	**Tópico/Questão**	**Pressupostos/Modelo Teórico**	**Resultados**
Palmer and Schneer (2019)	Carreiras pós-políticas. Como os políticos tiram partido dos cargos públicos.	Este trabalho estuda os possíveis trajetos profissionais dos ex-políticos, nomeadamente no exercício da atividade de lobbying como a mais usual.	O estudo diz-nos que há várias oportunidades de carreira para os ex-políticos, e há uma propensão superior para optar por pertencer a conselhos de administração de organismos públicos do que ao exercício da atividade de lobbying.
Pereira (2024)	O Impacto da Limitação de Mandatos nas Despesas Locais: O Caso dos Municípios Portugueses.	Este estudo analisa se os presidentes de câmara gerem as contas públicas de forma diferente em função de serem ou não reelegíveis.	O resultado evidencia que os presidentes de câmara em cenário de limitação de mandato são menos despesistas.

3 Contexto Institucional Português

3.1 O Presidente da Câmara Municipal em Portugal

O Presidente da Câmara Municipal exerce funções executivas centrais no panorama da governação local, com responsabilidades políticas, administrativas e de representação, beneficiando de elevada visibilidade política e pública. O território português encontra-se organizado administrativamente em diferentes níveis, sendo o poder local um dos pilares fundamentais do Estado democrático. Ao nível local, a Constituição da República Portuguesa, no artigo 235.º, consagra as autarquias locais como pessoas coletivas territoriais dotadas de órgãos representativos, visando a prossecução dos interesses próprios das populações. Estas autarquias estruturam-se, essencialmente, em regiões administrativas, municípios e freguesias. Contudo, a lei permite outras formas de organização territorial, de carácter supramunicipal, como é o caso das áreas metropolitanas ou das comunidades intermunicipais.

Nos municípios existem dois órgãos principais: a Câmara Municipal, que constitui o órgão executivo, e a Assembleia Municipal, que funciona como órgão deliberativo e fiscalizador. A Câmara Municipal é composta pelos vereadores eleitos, que poderão ter ou não funções executivas. O executivo municipal é responsável pela gestão corrente do município, pela execução das grandes opções do plano e orçamento, pela concretização das deliberações da assembleia e pela condução das políticas públicas locais, nomeadamente nas áreas do urbanismo, infraestruturas, educação, cultura, turismo, ação social, ambiente, mobilidade, desporto, juventude e proteção civil. Por sua vez, a Assembleia Municipal tem competências para aprovação de planos, protocolos, orçamentos e regulamentos, bem como de fiscalização da atividade do executivo municipal.

Ao nível mais próximo das populações, encontram-se as freguesias, igualmente dotadas de dois órgãos: a Junta de Freguesia (órgão executivo) e a Assembleia de Freguesia (órgão deliberativo). As Juntas de Freguesia, com orçamentos mais reduzidos, asseguram a gestão de pequenos serviços de proximidade, como a manutenção de vias vicinais e dos espaços públicos da sua responsabilidade, apoio social, pequenas obras e articulação direta com os cidadãos, enquanto as Assembleias de Freguesia deliberam e fiscalizam a atividade das Juntas, garantindo a representatividade democrática ao nível mais local.

No centro do poder executivo municipal encontra-se o Presidente da Câmara Municipal, figura de grande relevância política e administrativa. As competências do presidente estão definidas no artigo 35.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, que estabelece o regime jurídico das autarquias locais, competindo-lhe gerir a atividade da câmara, coordenar os serviços municipais, representar o município, executar as deliberações dos órgãos autárquicos (da câmara e da assembleia) e tomar decisões fundamentais em matérias como o licenciamento urbanístico, o ordenamento do território, a gestão financeira e a resposta a situações de emergência. O presidente da câmara assume, assim, um papel central na definição e implementação das políticas públicas locais, sendo o principal rosto da governação municipal, mas também apoiado pelos vereadores no exercício das suas funções e podendo delegar ou subdelegar algumas das competências. A presidência é ainda

constituída por um gabinete de assessoria que apoia o presidente no desenvolvimento da sua atividade política.

Importa referir que, durante o período do Estado Novo, os presidentes de câmara não eram eleitos democraticamente, sendo antes nomeados pelo poder central, o que limitava a autonomia do poder local e a participação livre dos cidadãos na escolha do seu líder local. Com a Revolução de 25 de Abril de 1974, iniciou-se um processo de democratização que viria a transformar profundamente a organização do poder local. As primeiras eleições livres para as autarquias locais realizaram-se em 1976, marcando o início de uma nova era de legitimidade democrática e autonomia municipal.

Desde então, a figura do presidente da câmara ganhou uma importância crescente, assumindo um papel determinante na infraestruturação e modernização do país no período pós-revolucionário. A ação dos executivos municipais foi crucial na expansão das redes de abastecimento de água, de saneamento, na implementação de processos de recolha e tratamento de resíduos, na difusão de vias de comunicação, criação de equipamentos escolares e culturais, contribuindo decisivamente para a melhoria das condições de vida das populações e para o desenvolvimento dos territórios.

Para além desta dimensão estrutural, destaca-se igualmente a natureza de proximidade da gestão municipal, que permite uma resposta mais célere e ajustada às necessidades concretas dos cidadãos. Esta capacidade executiva revela-se particularmente relevante na implementação de políticas nacionais, de concretização de programas de financiamento comunitários, em contextos de crise, como situações de catástrofe natural ou de emergência nacional. A atuação dos presidentes de câmara tem sido essencial na coordenação de respostas locais, mobilização de recursos e apoio direto às populações, como ficou evidente durante a pandemia de COVID-19, em que os municípios desempenharam um papel fundamental na mitigação dos seus impactos sociais e económicos.

Em suma, o presidente da câmara municipal emerge como uma figura central do sistema político-administrativo português, combinando legitimidade democrática, capacidade executiva e proximidade às populações, e assumindo um papel decisivo no desenvolvimento local e na coesão territorial. Há comentadores que, nos espaços televisivos de debate, defendem que antigos autarcas, quando assumem pastas ministeriais, tendem a ser excelentes governantes. É frequentemente citado o caso do antigo primeiro-ministro António Costa, que, antes de ser governante, foi Presidente da Câmara Municipal de Lisboa.

3.2 Limitação de mandatos autárquicos

Durante grande parte do período democrático português, não existiu qualquer limitação de mandatos para os titulares dos órgãos das autarquias locais, designadamente para os presidentes de câmara municipal. Em contraste, a limitação de mandatos encontrava-se consagrada apenas para o Presidente da República desde a Constituição de 1976, com um limite de dois mandatos consecutivos, refletindo uma preocupação com a alternância no exercício desse cargo de soberania, mas não ao nível do poder local.

Desde as primeiras eleições autárquicas livres realizadas em 1976, na sequência da Revolução de 25 de Abril de 1974, sucederam-se diversos atos eleitorais locais – 1979, 1982, 1985, 1989, 1993, 1997, 2001, 2005 e 2009 – sem qualquer restrição legal quanto ao número de mandatos que um presidente de câmara poderia exercer. Este enquadramento permitiu a consolidação de lideranças locais duradouras, muitas vezes assentes em fortes relações de proximidade com as populações, mas também suscitou críticas relativas à excessiva permanência no poder e à cristalização de elites políticas locais.

Foi neste contexto que surgiu a Lei n.º 46/2005, de 29 de agosto, que veio estabelecer a limitação de mandatos para os presidentes dos órgãos executivos das autarquias locais. Este diploma determinou que os presidentes de câmara e de junta de freguesia ficariam impedidos de exercer mais de três mandatos consecutivos no mesmo cargo. A lei entrou em vigor para efeitos práticos no ciclo autárquico subsequente, produzindo impacto pleno nas eleições autárquicas de 2013, momento em que, pela primeira vez, se verificou a impossibilidade legal de recandidatura de diversos autarcas em funções há muitos anos.

As eleições de 2013 ficaram, assim, marcadas por uma renovação significativa do mapa político local. Cento e sessenta presidentes de câmara (52% do total) e 884 presidentes de junta de freguesia ficaram impedidos de se recandidatar devido à aplicação da lei da limitação de mandatos (Veiga et al., 2017). Entre estes, encontravam-se várias figuras de grande notoriedade política, frequentemente designadas como "dinossauros" do poder local, que haviam permanecido durante décadas à frente dos seus municípios. Exemplos emblemáticos incluem Mesquita Machado, Jaime Marta Soares, Mário de Almeida e Rui Solheiro, entre muitos outros que marcaram profundamente a governação local em Portugal.

Figure 1 Os presidentes de câmara com o maior número de mandatos

Nome	Mandatos consecutivos	Município
Mesquita Machado	10	Braga
Jaime Marta Soares	10	Vila Nova de Poiares
António Bogalho	9	Sobral de Monte Agraço
António José Ganhão	9	Benavente
João Manuel Rocha da Silva	9	Serpa
Sérgio Carrinho	9	Chamusca
Alfredo Falamino Barroso	8	Redondo
Rui Solheiro	8	Melgaço
Mário Almeida	8	Vila do Conde

Fonte: Elaboração própria.

O ano de 2013 assumiu, deste modo, um carácter particularmente marcante no sistema político autárquico português. Para além de introduzir uma maior rotatividade no exercício do poder, a limitação de mandatos contribuiu para reforçar a transparência dos processos eleitorais e para fomentar a renovação das lideranças locais, abrindo

espaço a novas gerações de autarcas e a diferentes projetos políticos. Este momento representou, assim, um ponto de viragem no equilíbrio entre continuidade e renovação no poder local, com impactos duradouros na dinâmica da governação municipal em Portugal.

3.3 O mercado político-administrativo pós-mandato

Existe um conjunto diversificado de oportunidades profissionais e políticas que se coloca aos presidentes de câmara municipal após a cessação das suas funções: cargos políticos, funções na administração pública, órgãos de gestão em empresas de capitais públicos ou setor privado, dependendo do capital político acumulado e das oportunidades existentes. Em Portugal, este fenómeno ganhou particular relevância na sequência da introdução da limitação de mandatos, que veio forçar a saída de um número significativo de autarcas experientes, criando um fluxo consistente de titulares de cargos políticos com elevado capital político, técnico e relacional disponíveis para novas funções.

As possibilidades de carreira após o exercício de funções como presidente de câmara são diversificadas e tendem a distribuir-se por vários níveis da administração pública e da esfera política. Entre as principais saídas encontram-se o exercício de cargos no Governo, a eleição para a Assembleia da República ou para o Parlamento Europeu, a nomeação para altos cargos da função pública, bem como a integração em empresas públicas ou privadas, especialmente em áreas relacionadas com gestão de concessões. Acresce ainda a possibilidade de continuidade na política local, seja através da candidatura a outros municípios, seja pela transição para órgãos deliberativos ou para entidades intermunicipais.

O ciclo autárquico de 2013 constituiu o primeiro grande momento de materialização deste "mercado pós-mandato", com a saída forçada de 160 presidentes de câmara. Alguns destes procuraram dar continuidade à sua carreira política noutros contextos. Por exemplo, Fernando Seara tentou candidatar-se à Câmara Municipal de Lisboa, ainda que a sua candidatura tenha sido juridicamente inviabilizada. Já Rui Rio, após cessar funções, reforçou a sua projeção nacional, vindo mais tarde a assumir a liderança do Partido Social Democrata. Também António Costa, com percurso autárquico anterior, consolidou uma trajetória que o conduziu ao cargo de Primeiro-Ministro, ilustrando a permeabilidade entre o poder local e o poder central. E foram seis os "repetentes" que em 2013 foram eleitos noutros municípios: Ribau Esteves, que após ter sido presidente da Câmara Municipal de Ílhavo durante 16 anos, foi eleito presidente da Câmara Municipal de Aveiro; João Manuel Rocha da Silva, que após 33 anos em Serpa foi eleito em Beja; Carlos Manuel Rodrigues Pinto de Sá, que após 19 anos à frente da Câmara Municipal de Montemor-o-Novo foi eleito em Évora; Francisco Augusto Caimoto Amaral, que após 20 anos em Alcoutim foi eleito em Castro Marim; Álvaro dos Santos Amaro, que após estar 12 anos à frente da Câmara Municipal de Gouveia foi eleito na Guarda; e Vítor Manuel Chaves de Caro Proença, que após 12 anos em Santiago do Cacém foi eleito em Alcácer do Sal (Veiga et al., 2017).

Nos ciclos eleitorais seguintes, nomeadamente em 2017, 2021 e, mais recentemente, em 2025, continuou a verificar-se este fenómeno de circulação das elites políticas. Também em 2017, vários autarcas impedidos de

se recandidatar procuraram alternativas, como a candidatura a outros municípios ou a integração em listas para órgãos autárquicos ou nacionais. Em 2021, por exemplo, Luís Filipe Menezes regressou à disputa autárquica, ainda que sem sucesso, demonstrando a persistência da ambição política local. Em 2025, porém, venceu efetivamente as eleições, regressando à cena política após 12 anos.

Mais recentemente, no ciclo de 2025 – à semelhança dos anteriores – materializou-se a saída de um conjunto alargado de presidentes de câmara que atingiram o limite de mandatos consecutivos. À luz da experiência acumulada, é expectável que muitos destes ex-autarcas procurem novas oportunidades noutros órgãos políticos locais ou nacionais, em entidades supramunicipais, empresas do setor público empresarial ou mesmo no setor privado, onde o conhecimento do território e das dinâmicas administrativas, bem como a capacidade executiva, constituem uma mais-valia relevante.

Importa ainda salientar os casos de autarcas que optam por se candidatar a outros municípios após atingirem o limite num determinado concelho, explorando interpretações legais que, durante algum tempo, suscitaram debate jurídico e político. Na análise da dimensão jurídica do problema da limitação de mandatos, uma limitação de natureza funcional seria inconstitucional por violação do princípio da proporcionalidade, aceitando-se a limitação de natureza territorial (Azevedo, 2014). Esta mobilidade territorial evidencia não apenas a adaptabilidade dos atores políticos, mas também a existência de um verdadeiro "mercado" em que experiência, notoriedade, agenda pessoal e partidária e redes de contactos são ativos determinantes.

Em termos globais, a limitação de mandatos introduziu uma dinâmica de renovação que, para além de promover a alternância no poder local, abriu novas possibilidades de circulação de elites políticas e administrativas. Longe de representar um fim de carreira, o término de funções como presidente de câmara tende, assim, a constituir uma fase de transição para novos desafios, frequentemente em posições de elevada responsabilidade. Deste modo, a limitação de mandatos pode ser entendida não apenas como um mecanismo de reforço democrático, mas também como um catalisador de novas trajetórias no espaço político-administrativo português.

4 Metodologia

4.1 Estratégia de investigação

A presente investigação adota uma estratégia metodológica de natureza mista, combinando uma abordagem descritiva com uma vertente explicativa de carácter econométrico. Numa primeira fase, procede-se à sistematização e descrição das trajetórias profissionais dos presidentes de câmara após a cessação de funções, permitindo identificar padrões, tipologias de percurso e tendências dominantes. Complementarmente, a investigação incorpora uma dimensão explicativa, operacionalizada através da formulação e teste de hipóteses analíticas, definidas a partir da literatura e do enquadramento teórico desenvolvido nos capítulos anteriores. Estas hipóteses permitem avaliar empiricamente em que medida fatores políticos, territoriais e individuais influenciam as trajetórias profissionais subsequentes ao exercício do cargo autárquico.

4.2 Universo e unidade de análise

O universo de estudo é constituído pelos presidentes de câmara municipal em Portugal em exercício no ciclo autárquico 2021–2025, incidindo a análise de forma particular sobre os autarcas impedidos de se recandidatar nas eleições autárquicas de 2025, em virtude da legislação relativa à limitação de mandatos. Analisam-se as tendências profissionais de quem abandonou o cargo antes do fim do mandato e de quem o concluiu, independentemente da forma de cessação de funções.

A unidade de análise corresponde ao indivíduo, neste caso, a cada presidente de câmara abrangido por esta restrição. A análise incide sobre o seu percurso profissional após a saída do cargo, considerando a primeira transição profissional identificável e um horizonte temporal definido até à entrega deste trabalho – abril de 2026 –, por forma a captar as suas opções imediatas e de curto prazo.

Para efeitos de operacionalização empírica, considera-se exclusivamente a primeira experiência profissional identificável após a cessação de funções, seja por conclusão do mandato, renúncia ou suspensão. Esta opção metodológica justifica-se pela elevada mobilidade subsequente observável em alguns percursos individuais, que dificultaria um acompanhamento exaustivo e homogéneo das trajetórias ao longo do tempo. A focalização na primeira transição profissional permite garantir comparabilidade analítica entre os casos e preservar a coerência temporal da análise.

4.3 Fontes de dados

As fontes de dados incluem registos biográficos, bases institucionais, órgãos de comunicação social, redes sociais e documentação administrativa. A recolha de dados baseou-se predominantemente em fontes secundárias, atendendo à natureza empírica e exploratória do estudo. Entre as principais fontes utilizadas incluem-se:

- Órgãos de comunicação social (jornais locais, regionais e nacionais), que frequentemente reportam nomeações, eleições e transições de carreira;
- Sítios institucionais e comunicados oficiais de entidades públicas (câmaras municipais, ministérios, empresas públicas, entre outros);
- Redes sociais, como o Facebook e Instagram, utilizadas de forma complementar para identificação de nomeações públicas, anúncios profissionais ou atualizações de percursos individuais;
- Plataformas profissionais, como o LinkedIn, que permitem acompanhar percursos individuais;
- Bases de dados eleitorais e institucionais, nomeadamente para caracterização dos perfis, sempre que possível (partido, distrito, concelho, número de mandatos, entre outros);
- Relatórios e estudos académicos existentes, ainda que escassos e fragmentados, que abordem trajetórias políticas e profissionais;
- Sempre que necessário, contactos diretos com os ex-presidentes.

Sempre que possível, foi efetuado um cruzamento de fontes, com o objetivo de aumentar a fiabilidade da informação recolhida e mitigar eventuais imprecisões resultantes da dependência de uma única fonte.

4.4 Técnicas de análise

A análise dos dados desenvolve-se em duas dimensões complementares: uma análise descritiva e uma análise inferencial de carácter econométrico.

A análise descritiva visa caracterizar o universo em estudo, identificar tipologias de trajetórias profissionais pós-mandato e mapear padrões gerais de mobilidade, recorrendo a estatísticas descritivas e representações gráficas, permitindo uma leitura sistemática das trajetórias observadas sem pretensões explicativas.

Complementarmente, a análise inferencial procura avaliar associações estatísticas fortes entre fatores políticos, territoriais e individuais nas escolhas de trajetória após o mandato. Para esse efeito, recorre-se a modelos de escolha discreta, utilizando-se inicialmente um modelo logit multinomial, seguido de modelos probit binários para o teste convergente das hipóteses formuladas.

4.5 Análise descritiva dos dados

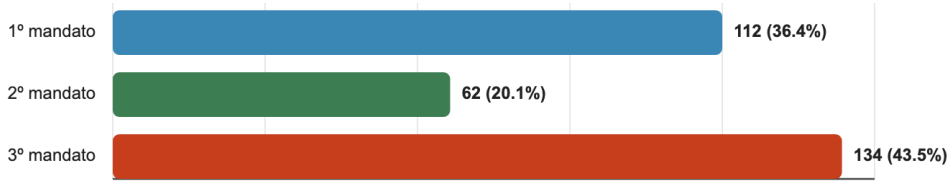
4.5.1 Tipologia das trajetórias pós-mandato

A análise empírica realizada permite identificar um conjunto diversificado de trajetórias profissionais seguidas pelos presidentes de câmara após a cessação de funções. Estas trajetórias podem ser organizadas em cinco tipologias

principais: a continuidade na vida política; a transição para a administração pública; a entrada no setor privado; o regresso à carreira de origem; e a retirada da vida pública.

O universo em análise evidencia, desde logo, uma significativa mobilidade. No total, 145 autarcas alteraram a sua situação profissional em resultado de diferentes circunstâncias, nomeadamente a limitação de mandatos, a decisão de não recandidatura, a perda de mandato, a renúncia ou a suspensão do exercício de funções. Importa destacar que 134 autarcas eleitos para um terceiro mandato tinham já conhecimento prévio da impossibilidade legal de se recandidatar nas eleições autárquicas de 2025, o que introduz uma dimensão antecipatória relevante na gestão das suas carreiras. Esta situação implicou também rotatividade política no cargo: 43,50% dos eleitos passaram a presidir, pela primeira vez, ao município a que se candidataram.

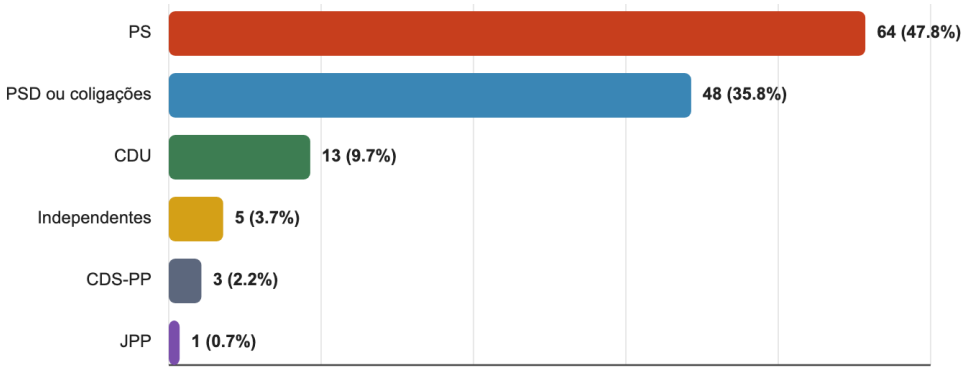
Figure 2 Distribuição do número de mandatos pelos 308 presidentes de câmara



Fonte: Elaboração própria.

Dos presidentes de câmara em fim de mandato, 64 são socialistas, 48 social-democratas ou de coligações lideradas pelo PSD, 13 da CDU, 3 do CDS-PP, 1 do JPP e 5 independentes.

Figure 3 Espectro político-partidário dos autarcas em situação de limitação de mandatos



Fonte: Elaboração própria.

Durante o mandato 2021–2025, verificou-se ainda que 52 presidentes de câmara cessaram funções antes do seu termo: por perda de mandato, por suspensão do mandato ou por renúncia ao mandato. Destes, 39 renunciaram

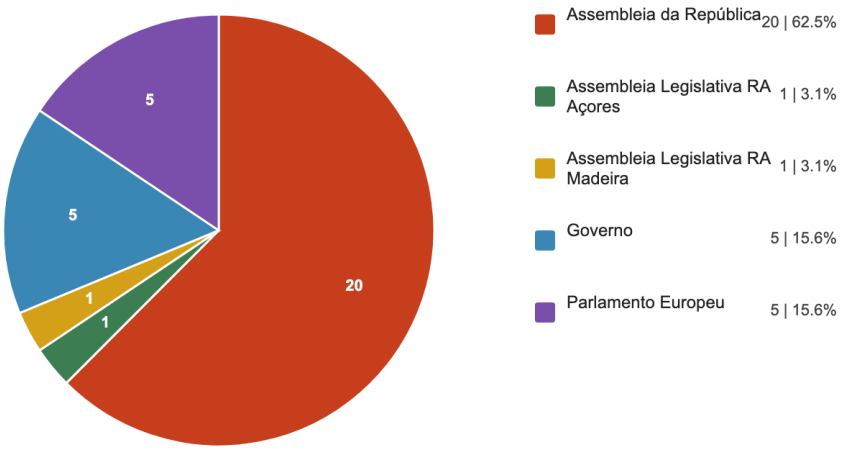
ao mandato para assumir novas funções, frequentemente associadas a oportunidades políticas ou institucionais, como a eleição para outros órgãos (designadamente nas eleições legislativas de 2024 e 2025 e nas eleições para o Parlamento Europeu de 2024), a nomeação para cargos governativos ou funções na administração pública. Outros casos resultaram de razões pessoais ou de natureza judicial. Adicionalmente, dois autarcas optaram pela suspensão do mandato para assumir funções por nomeação, ilustrando a permeabilidade entre o poder local e outras esferas da administração pública. Regista-se ainda um caso de perda de mandato na sequência de condenação judicial. Importa notar que cinco dos autarcas que cessaram funções não se encontravam no seu terceiro mandato.

Table 2 Presidentes de câmara que se retiraram e ainda não tinham cumprido três mandatos

Município	**Presidente eleito nas Autárquicas de 2021**	**Força política**	**N.º de Mandatos**
BARRANCOS	LEONEL CAÇADOR RODRIGUES	CDU (PCP.PEV)	1° mandato
SERPA	JOÃO FRANCISCO EFIGÉNIO PALMA	CDU (PCP.PEV)	1° mandato
MÊDA	JOÃO GERMANO MOURATO LEAL PINTO	PPD/PSD.CDS-PP	1° mandato
PEDRÓGÃO GRANDE	ANTÓNIO JOSÉ FERREIRA LOPES	PPD/PSD	1° mandato
PENICHE	HENRIQUE BERTINO BATISTA ANTUNES	GCE	2° mandato

No que respeita à continuidade na vida política, os dados evidenciam uma forte propensão para a permanência no espaço político. Um total de 20 ex-presidentes de câmara foram eleitos deputados à Assembleia da República (9 são socialistas, 9 são social-democratas ou de coligações lideradas pelo PSD, 1 do JPP e 1 independente), 5 ao Parlamento Europeu (2 são socialistas e 3 são social-democratas ou de coligações lideradas pelo PSD) e 2 às assembleias legislativas da Região Autónoma dos Açores e da Região Autónoma da Madeira (1 socialista e 1 social-democrata), enquanto 5 assumiram funções governativas.

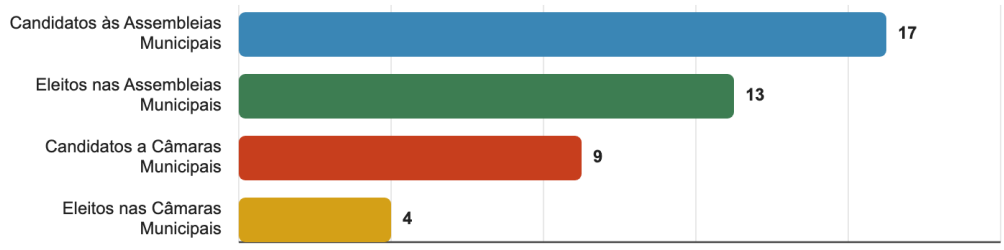
Figure 4 Distribuição dos cargos políticos



Fonte: Elaboração própria.

Ao nível do poder local, 17 foram candidatos a assembleias municipais – maioritariamente nos concelhos onde exerceram funções – tendo 13 vencido as eleições. Por sua vez, 9 autarcas candidataram-se a outras câmaras municipais, dos quais 4 obtiveram vitória eleitoral. Assistimos aqui à tentativa de contornar a lei de limitação de mandatos, candidatando-se a concelhos vizinhos ou ao órgão deliberativo do concelho que presidiam.

Figure 5 Número de autarcas que tentaram contornar a lei de limitação de mandatos, candidatando-se a outros órgãos e/ou a concelhos vizinhos

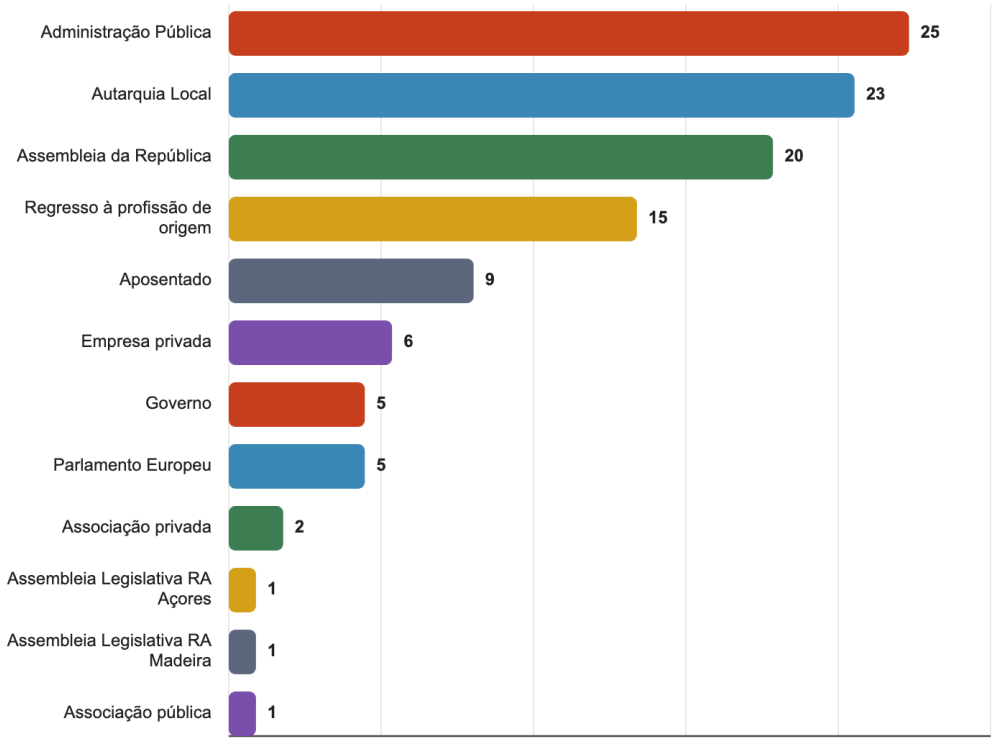


Fonte: Elaboração própria.

Paralelamente, observa-se uma relevante transição para funções na administração pública, com 25 ex-autarcas a assumirem cargos em estruturas da administração pública. Estes dados confirmam a existência de um mercado político-administrativo que absorve uma parte significativa do capital humano e político acumulado durante o exercício de funções autárquicas. Dos 134 em situação de limitação de mandatos, 77 (57,46%)

conseguiram um novo cargo público.

Figure 6 Identificação da tipologia de trajetórias dos ex-autarcas



Fonte: Elaboração própria.

Em menor escala, verificam-se trajetórias de transição para o setor privado (com 6 casos identificados), bem como situações de regresso à profissão de origem (15 casos) e de integração em associações privadas (2 casos) e públicas (1 caso). A retirada da atividade profissional apresenta uma expressão residual, com apenas 9 casos de aposentação identificados.

Importa, contudo, salientar limitações na disponibilidade de informação: foi possível identificar o percurso profissional de 107 ex-autarcas, permanecendo 27 casos por determinar. Esta lacuna evidencia a dificuldade na obtenção de dados que permitam identificar as trajetórias pós-mandato.

Em síntese, os resultados apontam para uma forte tendência de continuidade no espaço político e institucional, sendo menos frequentes as transições para o setor privado ou o abandono da vida pública. Importa sublinhar que esta análise tem um carácter exclusivamente descritivo, destinando-se a mapear padrões e regularidades observáveis nas trajetórias pós-mandato, sem estabelecer relações causais, as quais serão avaliadas na análise econométrica subsequente.

4.5.2 Fatores explicativos observados

Nesta subsecção identificam-se fatores potencialmente relevantes observáveis nos dados, sem que se proceda ainda a qualquer teste de natureza inferencial.

A análise dos dados recolhidos permite sinalizar um conjunto de fatores que surgem associados às trajetórias pós-mandato dos presidentes de câmara.

Em primeiro lugar, a limitação de mandatos emerge como um elemento estruturante do contexto analisado, estando associada a uma elevada rotatividade no exercício do cargo (43,5% dos presidentes eleitos exercem funções pela primeira vez). A impossibilidade de recandidatura parece favorecer a antecipação de estratégias de reconversão profissional, com uma maior incidência de procura de alternativas no interior do sistema político ou na administração pública.

Em segundo lugar, o capital político acumulado ao longo do exercício do mandato evidencia-se como um recurso amplamente mobilizado nas trajetórias observadas. A visibilidade pública, a experiência de governação, as redes de contactos e a notoriedade adquirida surgem frequentemente associadas à integração em novos cargos, sobretudo no espaço político-institucional. Este capital tende a revelar-se particularmente relevante em contextos partidários estruturados, onde existem canais formais e informais de progressão.

Por fim, o contexto partidário e institucional assume igualmente um papel central na configuração das trajetórias identificadas. A pertença partidária, o posicionamento nas estruturas políticas e as oportunidades geradas pelos ciclos eleitorais parecem influenciar o leque de opções disponíveis. Adicionalmente, a existência de nomeações para cargos na administração pública ou em entidades públicas reflete a articulação entre diferentes níveis de governação e a permeabilidade do sistema político-administrativo.

Em conclusão, as trajetórias pós-mandato dos presidentes de câmara revelam-se associadas à interação entre constrangimentos institucionais, recursos individuais e oportunidades políticas, evidenciando a existência de um ecossistema dinâmico de circulação entre o poder local, o poder central e outros setores de atividade.

Os padrões identificados nesta análise descritiva sustentam a formulação do modelo econométrico apresentado na secção seguinte, no qual se procede ao teste sistemático das hipóteses formuladas.

4.6 Modelo econométrico

4.6.1 Estratégia econométrica

A análise econométrica é estruturada em dois estágios sequenciais. Esta opção decorre da natureza do processo empírico em análise: para todos os ex-presidentes de câmara é possível observar se, após a saída do cargo municipal, transitaram ou não para a vida pública nacional ou internacional; contudo, o tipo específico de destino ocupado nesse espaço institucional apenas é observado para aqueles que efetivamente realizaram essa transição.

Assim, a estratégia distingue dois momentos analiticamente diferentes: primeiro, a seleção para a vida pública nacional ou internacional; segundo, condicionada essa seleção, a distribuição dos ex-autarcas entre diferentes tipos de destinos públicos. Esta estrutura segue a lógica dos modelos de seleção amostral, nos quais a estimação de uma equação de resultado sobre uma subamostra não aleatória pode gerar estimativas enviesadas quando o processo de seleção está correlacionado com os determinantes não observados do resultado (Heckman, 1979; Wooldridge, 2010; Cameron & Trivedi, 2005).

A unidade de análise é o ex-presidente de câmara i. No primeiro estágio, a variável dependente é S_i, uma variável binária que identifica a transição para a vida pública nacional ou internacional. Esta variável assume o valor 1 quando o ex-presidente de câmara transita para um cargo eletivo de âmbito superior ou para uma nomeação em estruturas administrativas ou no setor empresarial do Estado. Assume o valor 0 quando o destino corresponde à vida privada, ao retorno à carreira profissional anterior ou à permanência no poder local, incluindo a reeleição ou o exercício de outro cargo no município.

Dado que a variável dependente do primeiro estágio é dicotómica, a estimação exige um modelo de resposta binária. A utilização de um modelo linear de probabilidade seria inadequada, uma vez que poderia gerar probabilidades previstas fora do intervalo $[0, 1]$ e imporia efeitos marginais constantes. A equação de seleção é, por isso, estimada através de um modelo probit, adequado para variáveis dependentes binárias e consistente com a formulação clássica do fator de correção de seleção através do inverso da razão de Mills (Heckman, 1979; Wooldridge, 2010; Greene, 2018). Esta opção é necessária porque o fator de correção de seleção utilizado no segundo estágio deriva da distribuição normal assumida no modelo probit.

A equação latente de seleção é especificada da seguinte forma:

$$S_i^* = \gamma_0 + \gamma_1 Mandatos_i + \gamma_2 \ln(Eleitores_i) + \gamma_3 ReceitasMunicipaisPC_i + \gamma_4 PropVitoria_i + \gamma_5 Alinhamento_i + u_i,$$

sendo a regra de observação definida por:

$$S_i = \begin{cases} 1 & \text{se } S_i^* > 0, \\ 0 & \text{se } S_i^* \leq 0. \end{cases}$$

Nesta equação, $Mandatos_i$ mede o número de mandatos exercidos pelo ex-presidente de câmara; $\ln(Eleitores_i)$ corresponde ao logaritmo do número de eleitores do município; $ReceitasMunicipaisPC_i$ corresponde às receitas totais municipais per capita; $PropVitoria_i$ é a proporção de vitória eleitoral[1]; e $Alinhamento_i$ é uma variável dummy que assume o valor 1 quando o executivo municipal se encontra politicamente alinhado com o governo central, e 0 nos restantes casos. Estas variáveis captam, respetivamente, a

[1] Calculada como $PropVitoria_i = (Votos_{Vencedor,i} - Votos_{2.º,i}) / TotalVotantes_i$, em que $Votos_{Vencedor,i}$ e $Votos_{2.º,i}$ representam, respetivamente, os votos obtidos pelo vencedor e pelo segundo classificado na última eleição autárquica do município i, e $TotalVotantes_i$ o total de votantes nessa eleição.

experiência política acumulada, a dimensão eleitoral do município, a relevância financeira e administrativa do contexto municipal, a força da posição política do autarca no território, e a proximidade partidária ao executivo nacional.

A partir do modelo probit estima-se, para cada observação, o inverso da razão de Mills:

$$\lambda_i = \frac{\phi(Z_i'\hat{\gamma})}{\Phi(Z_i'\hat{\gamma})},$$

em que $Z_i'\hat{\gamma}$ representa o índice linear estimado na equação de seleção, $\phi(\cdot)$ é a função de densidade da distribuição normal padrão e $\Phi(\cdot)$ é a função de distribuição acumulada da normal padrão. O vetor Z_i inclui o número de mandatos, o logaritmo do número de eleitores, as receitas totais municipais per capita, a proporção de vitória eleitoral e o alinhamento político com o governo central. O termo λ_i resume a componente da seleção amostral que, se omitida, poderia contaminar a estimação da equação de destino (Heckman, 1979).

A introdução de λ_i no segundo estágio justifica-se pela possibilidade de seleção amostral. O tipo específico de destino na vida pública nacional ou internacional apenas é observado para os ex-presidentes de câmara que efetivamente entraram nesse universo. Se os fatores não observados que influenciam a probabilidade de entrada na vida pública nacional ou internacional estiverem correlacionados com os fatores não observados que influenciam o tipo de cargo posteriormente ocupado, a estimação do modelo de destino apenas sobre a subamostra selecionada poderá produzir estimativas enviesadas. O inverso da razão de Mills funciona, neste contexto, como um termo de controlo da seleção, permitindo ajustar a equação de destino ao processo não aleatório que determina quem entra na vida pública nacional ou internacional (Heckman, 1979; Wooldridge, 2010).

O segundo estágio incide apenas sobre a subamostra de ex-presidentes de câmara para os quais $S_i = 1$. Nesta etapa, a variável dependente deixa de ser binária e passa a identificar o tipo específico de destino ocupado na vida pública nacional ou internacional. A variável Y_i assume quatro categorias mutuamente exclusivas:

$$Y_i = \begin{cases} 1 & \text{cargo político nacional,} \\ 2 & \text{cargo eletivo supranacional,} \\ 3 & \text{nomeação para estrutura administrativa,} \\ 4 & \text{nomeação para o setor empresarial do Estado.} \end{cases}$$

A opção pelo modelo multinomial logit decorre da natureza nominal desta variável dependente. As quatro categorias representam destinos institucionalmente distintos, mas não obedecem a uma ordenação substantiva. Não existe uma hierarquia natural que permita classificar um cargo eletivo supranacional, uma nomeação para uma estrutura administrativa ou uma nomeação para o setor empresarial do Estado como resultados superiores ou inferiores entre si. Por essa razão, a utilização de um modelo ordenado imporia uma estrutura artificial aos dados. O modelo multinomial logit permite, pelo contrário, tratar os destinos como alternativas nominais e mutuamente

exclusivas, estimando a forma como as covariáveis alteram a probabilidade relativa de cada destino face a uma categoria de referência (McFadden, 1974; Long, 1997; Long & Freese, 2014; Cameron & Trivedi, 2005).

Tomando o cargo político nacional como categoria de referência, o segundo estágio é especificado da seguinte forma:

$$\begin{aligned}\ln\left(\frac{P(Y_i = j \mid S_i = 1)}{P(Y_i = 1 \mid S_i = 1)}\right) = \alpha_j &+ \beta_{1j} Mandatos_i + \beta_{2j} \ln(Eleitores_i) \\ &+ \beta_{3j} ReceitasMunicipaisPC_i + \beta_{4j} PropVitoria_i \\ &+ \beta_{5j} Alinhamento_i + \beta_{6j} Genero_i + \delta_j \lambda_i, \quad j = 2, 3, 4.\end{aligned}$$

As variáveis independentes incluídas no segundo estágio são o número de mandatos, o logaritmo do número de eleitores, as receitas totais municipais per capita, a proporção de vitória eleitoral e o alinhamento político com o governo central. Estas variáveis são as mesmas utilizadas na equação de seleção, uma vez que se assume que a experiência política, a dimensão eleitoral do município, a relevância financeira e administrativa do contexto municipal, a força da posição política do autarca no território e a proximidade partidária ao governo central podem influenciar não apenas a entrada na vida pública nacional ou internacional, mas também o tipo de destino ocupado nesse espaço institucional. Adicionalmente, inclui-se $Genero_i$ como variável de controlo individual, de modo a ajustar a distribuição dos destinos observados a diferenças de género entre ex-presidentes de câmara. O termo λ_i corresponde ao fator de correção de seleção estimado no primeiro estágio.

A interpretação dos resultados do segundo estágio será realizada com base nos *relative risk ratios* (RRR), e não diretamente nos coeficientes estimados em log-odds. Esta opção decorre da própria parametrização do modelo multinomial logit. Os coeficientes β_j medem variações na log-razão entre a probabilidade de observar a alternativa j e a probabilidade de observar a categoria de referência. Embora esta escala seja adequada para a estimação, a sua interpretação substantiva é menos direta (Long, 1997; Long & Freese, 2014).

Por essa razão, os coeficientes do segundo estágio são exponenciados:

$$RRR_j = \exp(\beta_j).$$

Os *relative risk ratios* indicam como uma variação numa covariável altera a chance relativa de observar a alternativa j, por comparação com a categoria de referência. Um valor de $RRR > 1$ significa que o aumento da covariável está associado a uma maior chance relativa de observar esse destino face ao cargo político nacional. Um valor de $RRR < 1$ indica uma redução da chance relativa desse destino face à categoria de referência. Um valor de $RRR = 1$ indica que a covariável não altera a chance relativa da alternativa em causa (Long, 1997; Long & Freese, 2014).

Assim, no segundo estágio, a interpretação empírica não incide sobre o sinal e a magnitude dos coeficientes em log-odds, mas sobre os respetivos *relative risk ratios*. Por exemplo, se o RRR associado ao número de mandatos

na equação da nomeação para uma estrutura administrativa for superior a 1, isso significa que um maior número de mandatos aumenta a chance relativa de esse ex-presidente de câmara obter uma nomeação administrativa, em vez de ocupar um cargo político nacional, mantendo constantes as restantes variáveis e o fator de correção de seleção. Se o RRR for inferior a 1, a interpretação será inversa.

Os coeficientes associados ao inverso da razão de Mills, representados por δ_j, permitem avaliar a relevância empírica da seleção. Se δ_j for estatisticamente diferente de zero, isso indica que a seleção para a vida pública nacional ou internacional não é independente da distribuição entre destinos específicos. Nesse caso, a inclusão do fator de correção de seleção é empiricamente justificada. Se δ_j não for estatisticamente significativo, a evidência de viés de seleção é mais fraca, embora a manutenção da correção possa ainda ser justificada pela lógica sequencial do desenho empírico (Heckman, 1979; Wooldridge, 2010).

Uma vez que λ_i é um regressor gerado a partir da primeira etapa, os erros-padrão do segundo estágio devem ser ajustados a essa incerteza adicional. Uma solução adequada consiste em utilizar erros-padrão obtidos por bootstrap, uma vez que este procedimento incorpora a incerteza associada à estimação da equação de seleção e à posterior inclusão do inverso da razão de Mills no modelo multinomial logit (Wooldridge, 2010; Cameron & Trivedi, 2005).

Substantivamente, a estratégia em dois estágios permite respeitar a sequência institucional do processo de carreira. A primeira equação estima quem entra no universo de posições públicas nacionais ou internacionais. A segunda equação estima, entre aqueles que entraram nesse universo, se o destino corresponde a um cargo político nacional, a um cargo eletivo supranacional, a uma nomeação para uma estrutura administrativa ou a uma nomeação para o setor empresarial do Estado. A estratégia evita, assim, tratar como aleatória a subamostra de ex-presidentes de câmara para os quais o destino específico é observado.

Por fim, a interpretação dos resultados deve reconhecer uma limitação da especificação. Como o primeiro e o segundo estágios utilizam, em grande medida, o mesmo conjunto de covariáveis, a identificação da correção de seleção depende sobretudo da forma funcional do modelo probit, salvo se for introduzida uma restrição de exclusão. Por esta razão, os resultados devem ser interpretados como associações condicionais ajustadas pelo processo de seleção modelado, e não como efeitos causais estritos (Heckman, 1979; Wooldridge, 2010).

4.6.2 Hipóteses de trabalho

A formulação das hipóteses de trabalho decorre do enquadramento teórico desenvolvido nos capítulos anteriores e da estrutura analítica do modelo econométrico descrito na subsecção anterior. As hipóteses são organizadas de acordo com os dois estágios da estratégia empírica.

Hipóteses relativas ao primeiro estágio

No primeiro estágio, a variável dependente identifica a transição para a vida pública nacional ou internacional. A hipótese central incide sobre o papel do alinhamento político nesse processo de seleção.

> **H_1 (Alinhamento político):** A probabilidade de um ex-presidente de câmara aceder a um cargo eletivo de âmbito nacional ou a uma nomeação em estruturas da administração pública, do setor público administrativo (SPA) ou do setor empresarial do Estado (SEE) é positivamente influenciada pelo alinhamento partidário do autarca com o partido que forma o governo central.

Esta hipótese assenta na premissa de que as nomeações para o espaço público nacional não são distribuídas de forma aleatória, mas antes condicionadas pela proximidade política ao executivo em funções. O alinhamento partidário confere ao ex-autarca acesso privilegiado a redes de influência e a oportunidades institucionais sob controlo do partido no poder, funcionando como mecanismo de seleção no acesso a cargos públicos nacionais. A lógica subjacente é a de um mercado político no qual a pertença à coligação governante constitui uma vantagem comparativa determinante na obtenção de posições no aparelho do Estado, independentemente das qualificações individuais ou do desempenho autárquico.

Hipóteses relativas ao segundo estágio

No segundo estágio, a variável dependente identifica o tipo específico de destino ocupado na vida pública nacional ou internacional. As hipóteses seguintes formulam expectativas sobre os fatores que diferenciam esses destinos entre si.

> **H_1 (Alinhamento político):** O alinhamento partidário com o governo central aumenta a chance relativa de aceder a um cargo político nacional ou a uma nomeação em estruturas da administração pública ou do setor empresarial do Estado, por comparação com outros destinos.

> **H_2 (Dimensão municipal):** A dimensão do município, medida pelo logaritmo do número de eleitores, diferencia o tipo de destino. Autarcas provenientes de municípios de maior dimensão, com maior visibilidade pública e capital político acumulado, tendem a aceder preferencialmente a cargos eletivos de âmbito nacional. Autarcas provenientes de municípios de menor dimensão tendem a ser compensados com nomeações para estruturas da administração pública.

> **H_3 (Proporção de vitória):** Uma margem de vitória eleitoral mais expressiva, que traduz uma posição política mais consolidada no território, aumenta a chance relativa de transição para um cargo político nacional, refletindo o reconhecimento da capacidade eleitoral do autarca pelo partido e pelos demais atores políticos.

H_4 (Número de mandatos): Um maior número de mandatos exercidos aumenta a chance relativa de acesso a cargos de âmbito supranacional, designadamente ao Parlamento Europeu, em virtude da experiência acumulada, da rede de contactos construída ao longo do exercício de funções e da maior notoriedade junto das estruturas partidárias nacionais.

H_5 (Receitas municipais per capita): Um nível mais elevado de receitas municipais per capita, que reflete a maior complexidade financeira e de gestão do município, aumenta a chance relativa de nomeação para o setor empresarial do Estado, em virtude da experiência de governação de recursos de maior escala e da proximidade a lógicas de gestão empresarial pública.

O quadro seguinte sintetiza as hipóteses formuladas, indicando a variável associada, o efeito esperado e o tipo de destino previsto em cada caso.

Table 3 Síntese das hipóteses de trabalho

Hip.	Variável	Efeito esperado	Destino previsto	Estágio
H_1	Alinhamento político	Positivo	Entrada na vida pública nacional (cargo eletivo ou nomeação AP/SPA/SEE)	1.º
H_1	Alinhamento político	Positivo	Cargo político nacional; nomeação AP/SPA/SEE	2.º
H_2	Dimensão municipal	Positivo (grande) Negativo (pequeno)	Cargo eletivo nacional (grande); nomeação administrativa (pequeno)	2.º
H_3	Proporção de vitória	Positivo	Cargo político nacional	2.º
H_4	Número de mandatos	Positivo	Cargo supranacional	2.º
H_5	Receitas municipais *per capita*	Positivo	Nomeação para o SEE	2.º

5 Análise Empírica e Resultados

5.1 Estatística descritiva das variáveis

O quadro 4 apresenta a estatística descritiva das variáveis utilizadas nos dois estágios do modelo econométrico. A amostra de estimação difere da amostra total em função da disponibilidade de informação sobre as trajetórias pós-mandato. A variável dependente do primeiro estágio — *Vida pública após mandato* — está definida para 139 observações, correspondendo aos ex-presidentes de câmara para os quais foi possível identificar o destino profissional após a cessação de funções. Destes, 54,7% transitaram para a vida pública nacional ou internacional. A variável dependente do segundo estágio — *Tipo de cargo pós-mandato* — está definida para os 57 ex-autarcas que efetivamente entraram nesse universo.

No que respeita às variáveis independentes, o número de mandatos apresenta uma média de 2,07, refletindo a composição da amostra, predominantemente constituída por presidentes em terceiro mandato. O logaritmo do número de eleitores varia entre 5,889 e 13,041, captando a elevada heterogeneidade na dimensão dos municípios portugueses. As receitas municipais per capita registam uma média de 0,756 mil euros, com uma amplitude considerável (mínimo de 0,258 e máximo de 4,810), expressão das assimetrias financeiras entre municípios. O alinhamento político com o governo central verifica-se em 39,3% dos casos. A proporção de vitória eleitoral apresenta uma média de 18,9 pontos percentuais, oscilando entre valores próximos de zero e 69,9%. Por fim, 90,6% dos ex-presidentes de câmara da amostra são do sexo masculino, o que reflete a composição de género do poder local em Portugal. A variável *pro_vitoria* e o inverso da razão de Mills apresentam 307 observações válidas, em resultado de um caso sem informação eleitoral disponível.

Table 4 Estatística descritiva das variáveis do modelo

Variável	N	Média	DP	Mín.	Máx.
Vida pública após mandato	139	0.547	0.500	0.000	1.000
Tipo de cargo pós-mandato	57	2.053	1.141	1.000	4.000
N° de Mandatos	308	2.071	0.892	1.000	3.000
Log natural do numero de eleitores	308	9.589	1.160	5.889	13.041
Receita_per_capita	308	0.756	0.469	0.258	4.810
Alinhamento com o governo central	308	0.393	0.489	0.000	1.000
pro_vitoria	307	0.189	0.150	0.003	0.699
Género	308	0.906	0.293	0.000	1.000
Inverso da razao de Mills (lambda)	307	0.915	0.357	0.230	2.555

5.2 Resultados

5.2.1 Primeiro estágio: modelo probit

O quadro 5 apresenta os resultados da estimação do modelo probit correspondente ao primeiro estágio da estratégia econométrica. A variável dependente é binária e identifica a transição do ex-presidente de câmara para a vida pública nacional ou internacional após a cessação de funções. A amostra de estimação é constituída por 138 observações. O modelo é globalmente significativo (Wald $\chi^2 = 18{,}800$; $p = 0{,}002$), com um pseudo-R^2 de 0,077.

Table 5 Modelo probit — Primeiro estágio (variável dependente: transição para a vida pública nacional)

	Vida pública
N° de Mandatos	0.368
	(0.330)
Número de Eleitores (ln)	0.124
	(0.120)
Receitas Municipais *per capita*	-0.341
	(0.310)
Alinhamento político com o governo (dummy)	0.562**
	(0.284)
Proporção de Vitória	1.262**
	(0.557)
Constante	-2.290
	(1.486)
N	138
Wald chi2	18.800
Prob > chi2	0.002
Pseudo R2	0.077

Erros-padrão (cluster Distrito) entre parênteses. Categoria de referência: não alinhado. * $p < 0{,}10$; ** $p < 0{,}05$; *** $p < 0{,}01$.

Os resultados confirmam a hipótese central do primeiro estágio. O coeficiente associado ao alinhamento político com o governo central é positivo e estatisticamente significativo ($\hat{\gamma} = 0{,}562$; $p < 0{,}05$), indicando que os ex-presidentes de câmara cujo partido se encontrava alinhado com o executivo nacional apresentam uma probabilidade significativamente mais elevada de transitar para a vida pública nacional ou internacional. Este resultado é consistente com **H_1** e corrobora a tese de que o alinhamento partidário funciona como um mecanismo de seleção no acesso a posições no espaço público nacional.

A proporção de vitória eleitoral revela igualmente um efeito positivo e significativo ($\hat{\gamma} = 1{,}262$; $p < 0{,}05$), sugerindo que uma margem de vitória mais expressiva nas eleições autárquicas está associada a uma maior probabilidade de entrada na vida pública nacional. Este resultado indica que a força eleitoral do autarca no seu

território constitui um sinal de capital político relevante para os partidos na atribuição de cargos ou na apresentação de candidaturas.

Os restantes coeficientes — número de mandatos, logaritmo do número de eleitores e receitas municipais per capita — não atingem significância estatística convencional, não permitindo rejeitar a hipótese nula de ausência de efeito no primeiro estágio. Estes resultados sugerem que, no que respeita à seleção para a vida pública nacional, o que determina a transição não é tanto a dimensão ou a capacidade financeira do município, mas antes o posicionamento político do autarca face ao governo central e a sua força eleitoral.

5.2.2 Segundo estágio: modelo logit multinomial

O quadro 6 apresenta os resultados do segundo estágio, estimado através de um modelo logit multinomial sobre a subamostra de 57 ex-presidentes de câmara que transitaram para a vida pública nacional ou internacional. Os coeficientes são apresentados como razões de risco relativo (RRR), tomando a nomeação para estrutura administrativa (outcome 3) como categoria de referência. O modelo apresenta um pseudo-R^2 de 0,304. Dado que o tamanho da subamostra é reduzido face ao número de parâmetros estimados, os resultados devem ser interpretados com cautela, sendo alguns coeficientes afetados por instabilidade numérica decorrente de separação quase perfeita entre categorias.

Table 6 Modelo logit multinomial — Segundo estágio (RRR; categoria de referência: nomeação para estrutura administrativa)

	Cargo Nacional	Cargo Supranacional	Nom. SEE
N° de Mandatos	1.336e+11***	1.857e+13***	2.212e+17***
	(1.138e+12)	(1.613e+14)	(2.137e+18)
Número de Eleitores (ln)	2101.5***	394.0**	2911.6***
	(5775.6)	(968.8)	(8705.5)
Receitas Municipais *per capita*	3.78e-09**	0.000153	4.25e-08**
	(2.95e-08)	(0.00111)	(3.29e-07)
Proporção de Vitória	1.155e+37***	1.157e+21*	2.522e+33***
	(3.280e+38)	(3.053e+22)	(7.460e+34)
Alinhamento político com o governo (dummy)	1.196e+14***	2.012e+09**	6.710e+13***
	(1.419e+15)	(2.167e+10)	(8.037e+14)
Género (masculino)	4.493	0.240	0.746
	(6.613)	(0.406)	(1.348)
Inverso da Razão de Mills (λ)	4.837e+47***	1.422e+30**	1.776e+46***
	(1.846e+49)	(4.957e+31)	(6.980e+47)
N	57		
Wald chi2	43.250		
Prob > chi2	0.003		
Pseudo R2	0.304		

Razões de risco relativo (RRR). Erros-padrão (cluster Distrito) entre parênteses. Categoria de referência: nomeação para estrutura administrativa. * $p < 0{,}10$; ** $p < 0{,}05$; *** $p < 0{,}01$.

Os resultados permitem retirar várias conclusões sobre os determinantes do tipo de destino na vida pública nacional. Em primeiro lugar, o alinhamento político com o governo central (**H_1**) revela um efeito positivo e estatisticamente significativo na probabilidade relativa de aceder a um cargo político nacional ($p < 0{,}01$) e a uma nomeação para o setor empresarial do Estado ($p < 0{,}01$), comparativamente à nomeação para estrutura administrativa. Este resultado é consistente com a hipótese de que a pertença ao partido no poder constitui um recurso determinante na distribuição de posições no espaço público nacional.

Em segundo lugar, a dimensão municipal (**H_2**), medida pelo logaritmo do número de eleitores, apresenta um efeito positivo e significativo para o cargo político nacional ($p < 0{,}01$), para o cargo supranacional ($p < 0{,}05$) e para a nomeação no setor empresarial do Estado ($p < 0{,}01$). Este resultado sugere que autarcas provenientes de municípios de maior dimensão tendem a aceder preferencialmente a cargos mais visíveis, sendo consistente com **H_2**.

Em terceiro lugar, a proporção de vitória eleitoral (**H_3**) apresenta um efeito positivo e significativo para o cargo político nacional ($p < 0{,}01$) e para o cargo supranacional ($p < 0{,}10$), corroborando a hipótese de que uma margem de vitória mais expressiva está associada a uma maior probabilidade de transição para cargos eletivos de âmbito superior.

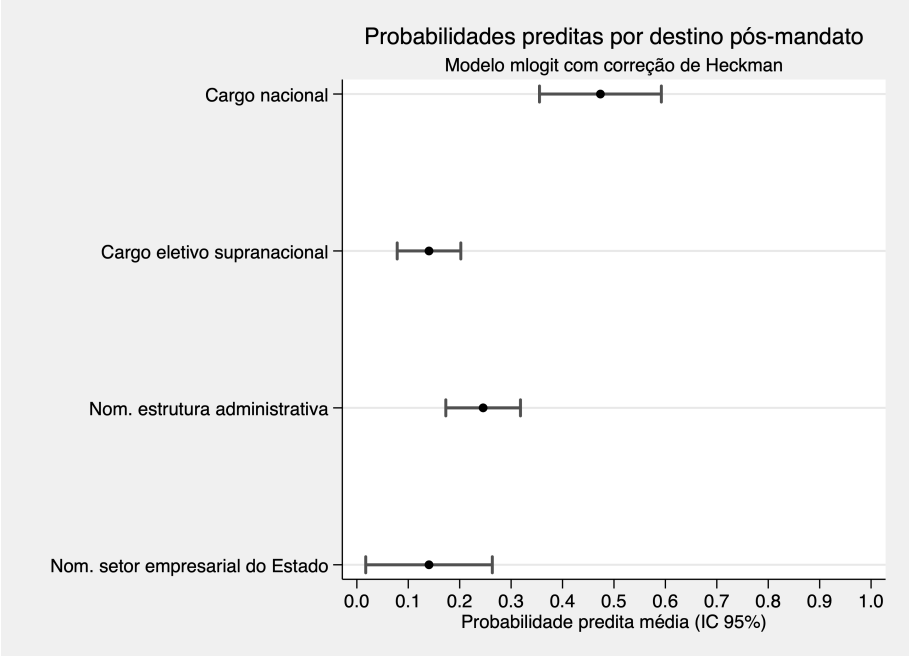
As receitas municipais per capita (**H_5**) apresentam um efeito positivo e significativo para o cargo político nacional ($p < 0{,}05$) e para a nomeação no setor empresarial do Estado ($p < 0{,}05$), sendo este último resultado consistente com a hipótese de que a experiência de gestão de recursos financeiros de maior escala favorece o acesso ao SEE.

O género masculino não apresenta efeito estatisticamente significativo em nenhum dos destinos considerados, sugerindo que, condicionada a entrada na vida pública nacional, a distribuição entre tipos de cargo não é significativamente diferenciada por género nesta amostra. O inverso da razão de Mills (λ) é estatisticamente significativo para os destinos de cargo nacional e supranacional, confirmando que a correção de seleção é empiricamente relevante e que a omissão do primeiro estágio geraria estimativas enviesadas no segundo.

5.2.3 Efeitos marginais: probabilidades preditas médias

A interpretação dos coeficientes do modelo logit multinomial em termos de razões de risco relativo não permite aferir diretamente a magnitude do efeito de cada variável sobre a probabilidade absoluta de cada destino. Para esse efeito, estimam-se as probabilidades preditas médias (*average marginal predicted probabilities*) para cada um dos quatro destinos considerados, avaliadas na distribuição observada das covariáveis. A figura 7 apresenta essas probabilidades com os respetivos intervalos de confiança a 95%.

Figure 7 Probabilidades preditas médias por tipo de destino pós-mandato

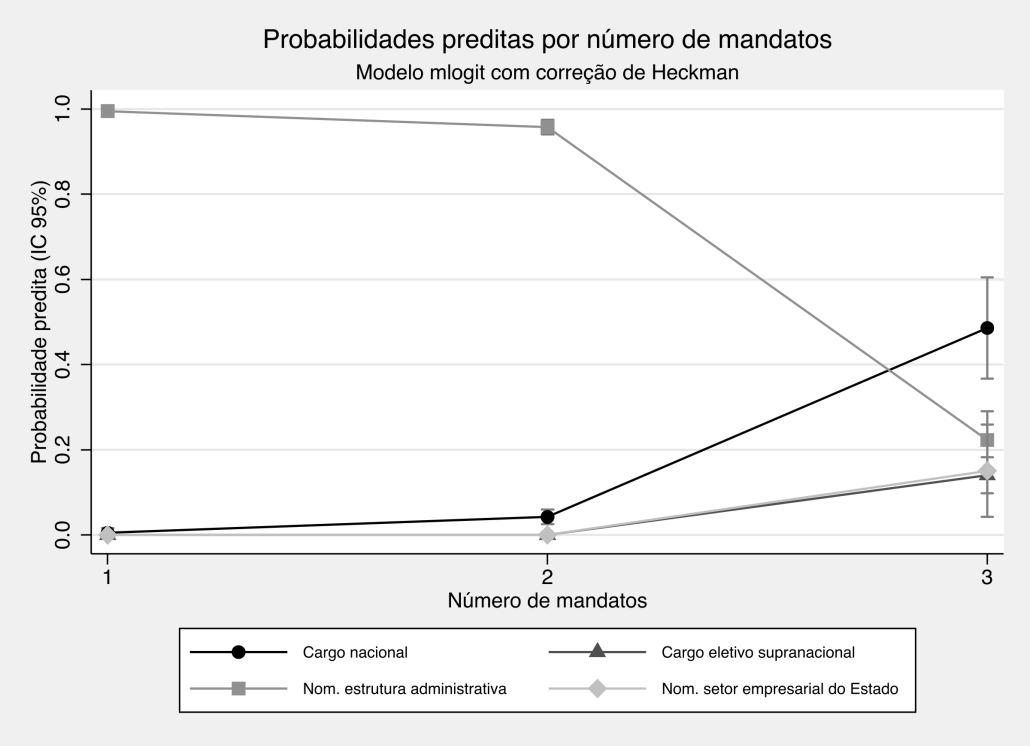


Fonte: Elaboração própria. Estimativas baseadas no modelo logit multinomial com correção de Heckman. Intervalos de confiança a 95%.

A figura evidencia que o cargo político nacional e a nomeação para estrutura administrativa apresentam as probabilidades preditas médias mais elevadas, sendo os destinos mais prováveis para os ex-presidentes de câmara que transitam para a vida pública nacional. O cargo eletivo supranacional e a nomeação para o setor empresarial do Estado apresentam probabilidades preditas médias mais reduzidas, refletindo a menor dimensão relativa destes destinos na amostra observada. A amplitude dos intervalos de confiança é, em geral, elevada, o que é consistente com o tamanho reduzido da subamostra do segundo estágio ($N = 57$) e deve ser considerada na interpretação dos resultados.

A figura 8 analisa como a probabilidade predita de cada tipo de destino varia com o número de mandatos exercidos, mantendo as restantes variáveis nos seus valores observados.

Figure 8 Probabilidades preditas por tipo de destino, segundo o número de mandatos

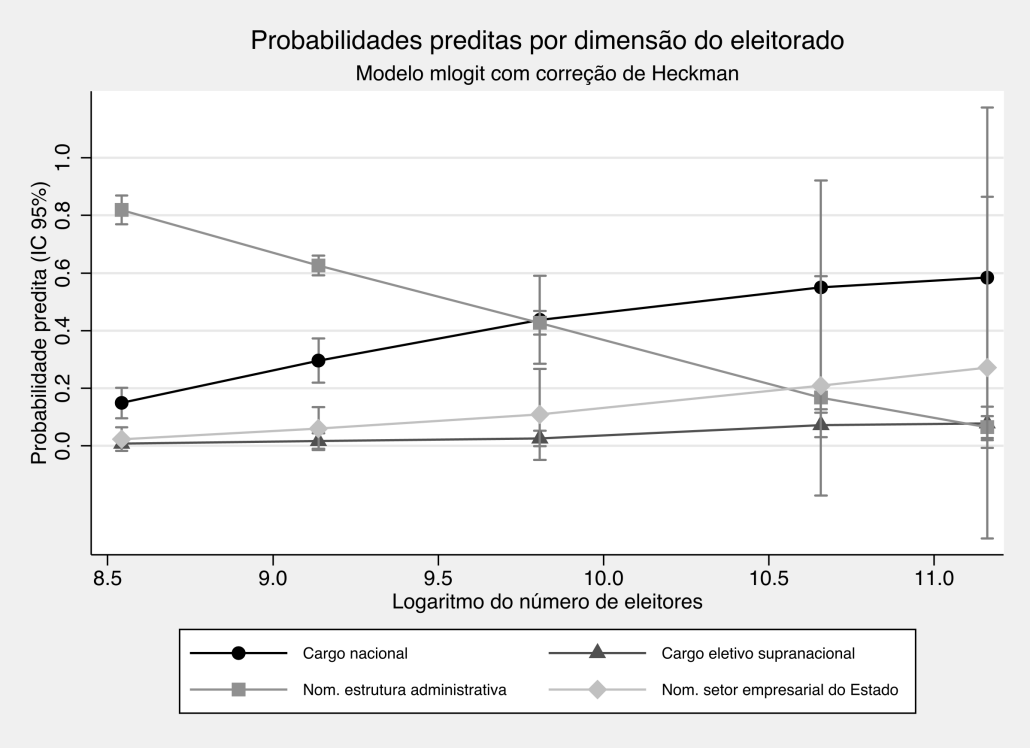


Fonte: Elaboração própria. Probabilidades preditas médias do modelo logit multinomial com correção de Heckman, avaliadas para cada valor do número de mandatos. Intervalos de confiança a 95%.

Os resultados ilustrados na figura permitem avaliar a hipótese **H_4**, segundo a qual um maior número de mandatos aumenta a probabilidade relativa de acesso a cargos supranacionais. A variação das probabilidades preditas com o número de mandatos permite aferir em que medida a experiência acumulada no exercício de funções autárquicas diferencia os percursos pós-mandato, nomeadamente no que respeita à progressão para cargos de maior âmbito institucional.

A figura 9 apresenta a variação das probabilidades preditas de cada tipo de destino ao longo da distribuição da dimensão municipal, medida pelo logaritmo do número de eleitores.

Figure 9 Probabilidades preditas por tipo de destino, segundo a dimensão do município



Fonte: Elaboração própria. Probabilidades preditas do modelo logit multinomial com correção de Heckman, avaliadas ao longo da distribuição do logaritmo do número de eleitores. Intervalos de confiança a 95%.

Este gráfico é o mais informativo do conjunto da análise de efeitos marginais, na medida em que revela uma dinâmica de substituição entre dois destinos dominantes ao longo do contínuo de dimensão municipal. A figura permite identificar três padrões distintos.

Em primeiro lugar, observa-se um cruzamento marcado entre a probabilidade predita de nomeação para estrutura administrativa e a probabilidade predita de cargo político nacional. Nos municípios de menor dimensão (logaritmo do número de eleitores próximo de 8,5, correspondendo a cerca de 4 900 eleitores), a nomeação para estrutura administrativa domina claramente, com uma probabilidade predita que se aproxima de 0,80. À medida que a dimensão municipal aumenta, esta probabilidade decresce de forma acentuada. A probabilidade de acesso a um cargo político nacional evolui em sentido inverso: parte de valores próximos de 0,15 nos municípios mais pequenos e aumenta progressivamente, tornando-se o destino dominante a partir de um limiar situado em torno de $\ln(\textit{Eleitores}) \approx 9{,}8$, equivalente a aproximadamente 18 000 eleitores. Este cruzamento constitui evidência forte em favor de **H_2**: a dimensão municipal opera como um mecanismo de triagem que diferencia o tipo de destino público acessível ao ex-autarca.

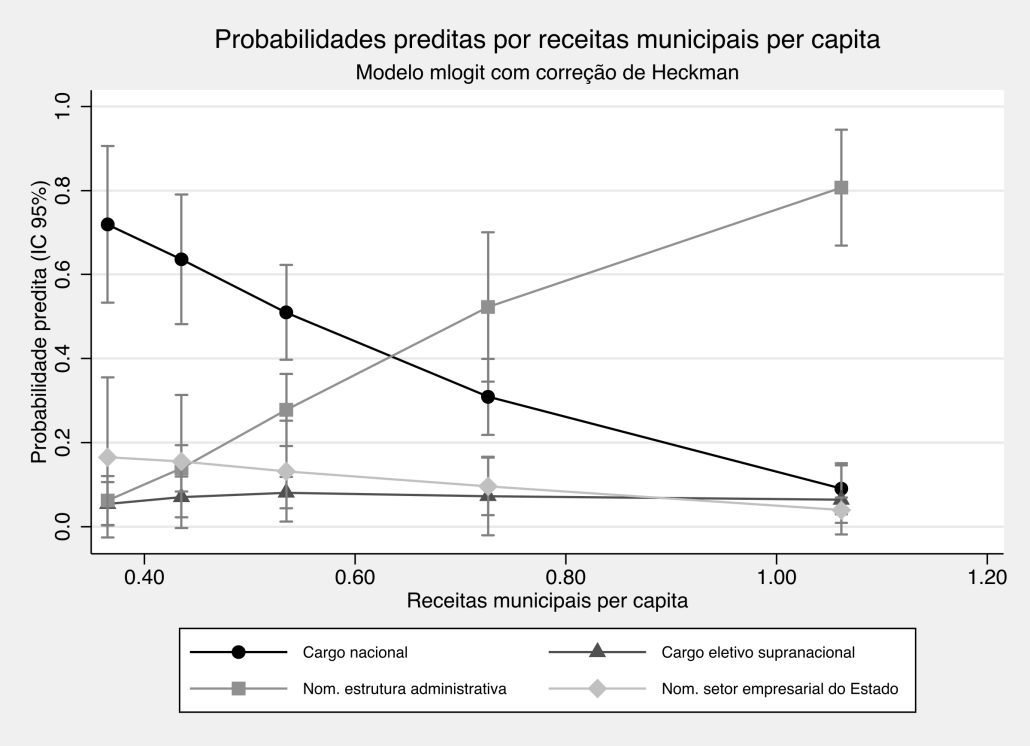
Em segundo lugar, o cargo eletivo supranacional e a nomeação para o setor empresarial do Estado mantêm probabilidades preditas reduzidas ao longo de toda a distribuição. O SEE apresenta uma ligeira tendência crescente nos municípios de maior dimensão, o que é consistente com **H_5**, mas a magnitude é modesta e os intervalos de

confiança são amplos.

Em terceiro lugar, os intervalos de confiança alargam-se consideravelmente nas caudas da distribuição — tanto nos municípios muito pequenos como nos muito grandes —, o que reflecte a escassez de observações nos extremos e limita a precisão das estimativas nessas zonas. Esta incerteza deve ser tida em conta na interpretação das probabilidades preditas para municípios de dimensão atípica.

A figura 10 apresenta o efeito das receitas municipais per capita sobre as probabilidades preditas de cada tipo de destino, revelando um padrão que merece uma leitura cuidada, tanto pela sua complexidade visual como pelas implicações teóricas que levanta.

Figure 10 Probabilidades preditas por tipo de destino, segundo as receitas municipais per capita



Fonte: Elaboração própria. Probabilidades preditas do modelo logit multinomial com correção de Heckman, avaliadas ao longo da distribuição das receitas municipais per capita. Intervalos de confiança a 95%.

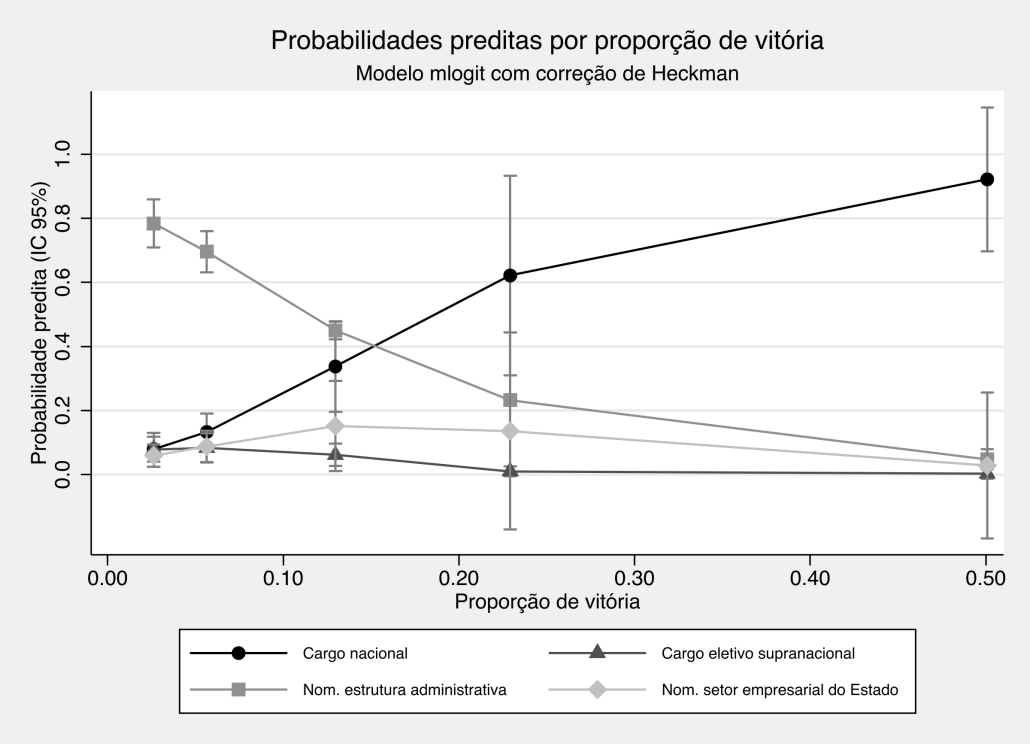
O padrão observado é, de forma marcante, o inverso daquele identificado para a dimensão municipal medida pelo número de eleitores. Nos municípios com receitas per capita mais baixas (cerca de 0,35 mil euros), a probabilidade predita de acesso a um cargo político nacional é dominante, situando-se próximo de 0,68. Esta probabilidade decresce de forma consistente ao longo da distribuição, aproximando-se de 0,10 nos municípios com receitas per capita mais elevadas (1,05 mil euros). Em sentido oposto, a nomeação para estrutura administrativa parte de valores baixos (0,08) nos municípios de menor capacidade financeira per capita e aumenta acentuadamente, tornando-se o destino dominante a partir de um limiar situado em torno de 0,70–0,75 mil euros per capita.

Este resultado tem uma leitura substantiva relevante. As receitas municipais per capita e o número de eleitores captam dimensões distintas do município: um município pode ser simultaneamente grande em eleitores mas de baixa receita per capita (como os grandes centros urbanos com elevada população mas receita diluída), ou pequeno em eleitores mas financeiramente rico per capita (como certos municípios de base turística ou com recursos naturais significativos). A evidência sugere que são os autarcas de municípios com maior base eleitoral — e não necessariamente os de municípios mais ricos em termos per capita — que acedem preferencialmente a cargos políticos nacionais. Pelo contrário, os municípios financeiramente mais ricos per capita, mas tipicamente de menor dimensão eleitoral, tendem a produzir percursos de nomeação para estruturas administrativas.

No que respeita à hipótese **H_5**, os resultados não confirmam a expectativa de que receitas per capita mais elevadas aumentem a probabilidade de nomeação para o SEE. A nomeação para o setor empresarial do Estado mantém probabilidades preditas baixas e relativamente estáveis ao longo de toda a distribuição de receitas, não apresentando a tendência crescente esperada. Este resultado sugere que a ligação entre a gestão financeira autárquica e a nomeação para o SEE, se existente, não é captada com clareza por esta variável no contexto desta amostra. O cargo eletivo supranacional permanece igualmente residual ao longo de toda a distribuição, sem tendência assinalável.

A figura 11 analisa o efeito da proporção de vitória eleitoral sobre as probabilidades preditas de cada tipo de destino, correspondendo ao gráfico visualmente mais expressivo do conjunto da análise de efeitos marginais.

Figure 11 Probabilidades preditas por tipo de destino, segundo a proporção de vitória eleitoral



Fonte: Elaboração própria. Probabilidades preditas do modelo logit multinomial com correção de Heckman, avaliadas ao longo da distribuição da proporção de vitória eleitoral. Intervalos de confiança a 95%.

O gráfico evidencia o padrão mais nítido e substantivamente mais rico de toda a análise de efeitos marginais. Dois movimentos opostos e muito pronunciados dominam a figura.

A probabilidade predita de acesso a um cargo político nacional parte de valores próximos de 0,12 quando a margem de vitória é muito reduzida, e cresce de forma acentuada e quase linear ao longo de toda a distribuição, atingindo cerca de 0,90 para proporções de vitória em torno de 0,50. Trata-se de uma relação positiva excepcionalmente forte: um autarca que vence as eleições com uma margem muito expressiva tem uma probabilidade predita de aceder a um cargo político nacional nove vezes superior à de um autarca que venceu por margem mínima. A lógica subjacente é clara — uma margem de vitória ampla funciona como sinal de capital eleitoral robusto, tornando o autarca um ativo político valioso para o partido a nível nacional.

Em sentido completamente oposto, a nomeação para estrutura administrativa domina nos autarcas com margem de vitória reduzida, com probabilidade predita inicial próxima de 0,75. Esta probabilidade colapsa progressivamente à medida que a proporção de vitória aumenta, cruzando a trajectória do cargo nacional num limiar situado em torno de 0,13–0,15. A partir desse ponto, a nomeação administrativa torna-se cada vez mais residual, aproximando-se de zero para as margens de vitória mais expressivas. Este resultado confirma de forma inequívoca $\mathbf{H_3}$: a força eleitoral do autarca no território é o factor que mais claramente diferencia, dentro da subamostra dos que entram na vida pública nacional, aqueles que acedem a cargos políticos dos que recebem nomeações administrativas.

A nomeação para o setor empresarial do Estado apresenta um comportamento distinto dos restantes destinos: a sua probabilidade predita cresce ligeiramente no intervalo intermédio da proporção de vitória (0,13–0,25), sugerindo que autarcas com margens de vitória moderadas — suficientes para não serem canalizados para nomeações administrativas, mas insuficientes para justificar uma candidatura política nacional — possam ser direcionados para o SEE. Contudo, a magnitude deste efeito é modesta e os intervalos de confiança são amplos nessa zona, pelo que a evidência deve ser interpretada com cautela. O cargo eletivo supranacional mantém-se residual e sem tendência assinalável ao longo de toda a distribuição da proporção de vitória.

5.3 Síntese da verificação das hipóteses

Os resultados obtidos nos dois estágios do modelo econométrico, complementados pela análise de efeitos marginais, permitem avaliar de forma sistemática as hipóteses de trabalho formuladas no capítulo de metodologia. O quadro 7 sintetiza essa avaliação.

Table 7 Síntese da verificação das hipóteses de trabalho

Hip.	Variável	Estágio	Resultado	Evidência principal
H_1	Alinhamento político	1.º e 2.º	Confirmada	Efeito positivo e significativo em ambos os estágios; favorece cargo nacional e SEE face à nomeação administrativa.
H_2	Dimensão municipal	2.º	Confirmada	Municípios grandes ($>18\,000$ eleitores) $\rightarrow$ cargo nacional; municípios pequenos $\rightarrow$ nomeação administrativa. Cruzamento nítido nas probabilidades preditas.
H_3	Proporção de vitória	2.º	Confirmada	Resultado mais robusto: probabilidade de cargo nacional sobe de 0,12 para 0,90 ao longo da distribuição. Cruzamento com nomeação administrativa em torno de 0,13–0,15.
H_4	Número de mandatos	2.º	Inconclusiva	Coeficientes significativos no modelo mas afectados por instabilidade numérica; análise de efeitos marginais não permite leitura inequívoca.
H_5	Receitas municipais *per capita*	2.º	Não confirmada	SEE mantém probabilidade baixa e estável ao longo da distribuição de receitas; o efeito identificado é a crescente probabilidade de nomeação administrativa com o aumento das receitas per capita.

Em síntese, a evidência empírica apoia claramente três das cinco hipóteses formuladas. O alinhamento político com o governo central (**H_1**) emerge como condição necessária para a entrada na vida pública nacional e como factor diferenciador do tipo de destino, actuando de forma transversal nos dois estágios do modelo. A proporção de vitória eleitoral (**H_3**) é o factor com maior poder discriminante dentro da subamostra dos que transitam para a vida pública: autarcas com forte capital eleitoral acedem a cargos políticos nacionais; autarcas com margem reduzida são canalizados para nomeações administrativas. A dimensão municipal medida pelo número de eleitores (**H_2**) confirma igualmente o padrão de triagem esperado, com o limiar de 18 000 eleitores a separar os dois destinos dominantes.

A hipótese relativa ao número de mandatos (**H_4**) não pode ser avaliada com segurança em virtude da instabilidade numérica dos coeficientes do segundo estágio, decorrente da dimensão reduzida da subamostra. A hipótese relativa às receitas municipais per capita (**H_5**) não é confirmada: em lugar de favorecer o SEE, receitas

per capita mais elevadas associam-se a uma maior probabilidade de nomeação administrativa, o que aponta para uma dinâmica distinta da antecipada e sugere que receitas per capita e dimensão eleitoral captam dimensões complementares mas não substituíveis do perfil municipal.

6 Conclusão

6.1 Síntese dos principais resultados

O presente estudo teve como objetivo analisar as trajetórias profissionais dos presidentes de câmara após a cessação de funções, com particular incidência nos autarcas impedidos de se recandidatarem nas eleições autárquicas de 2025. A investigação combina uma análise descritiva das trajetórias observadas com uma estratégia econométrica em dois estágios, que procura identificar os determinantes da entrada na vida pública nacional e do tipo de destino aí ocupado.

Do ponto de vista descritivo, os resultados evidenciam uma forte tendência de continuidade no espaço político e institucional. Uma parte significativa dos ex-autarcas prossegue carreiras públicas após o mandato: dos 139 casos para os quais foi possível identificar o percurso pós-mandato, 54,7% transitaram para a vida pública nacional ou internacional, seja por via eletiva — Assembleia da República, Parlamento Europeu, assembleias legislativas regionais — seja por via de nomeação para estruturas da administração pública ou do setor empresarial do Estado. As trajetórias para o setor privado, o regresso à profissão de origem e a retirada da vida pública apresentam expressão residual, confirmando que o capital político acumulado no exercício autárquico é predominantemente mobilizado dentro do setor público.

Do ponto de vista econométrico, os resultados dos dois estágios do modelo permitem retirar conclusões robustas sobre os mecanismos que estruturam estas trajetórias. No primeiro estágio, o modelo probit identifica dois determinantes estatisticamente significativos da transição para a vida pública nacional: o alinhamento político com o governo central ($\hat{\gamma} = 0{,}562$; $p < 0{,}05$) e a proporção de vitória eleitoral ($\hat{\gamma} = 1{,}262$; $p < 0{,}05$). A dimensão do município, as receitas per capita e o número de mandatos não apresentam efeito significativo na seleção para a vida pública nacional, sugerindo que é o posicionamento político e a força eleitoral — e não os atributos do município — os fatores que determinam quem entra nesse universo.

No segundo estágio, a análise dos efeitos marginais das variáveis sobre a distribuição dos destinos específicos permite aprofundar consideravelmente a interpretação. A proporção de vitória eleitoral (**H_3**) emerge como o fator com maior poder discriminante: a probabilidade predita de acesso a um cargo político nacional aumenta de 0,12 para 0,90 ao longo da distribuição desta variável, enquanto a probabilidade de nomeação para estrutura administrativa colapsa em sentido oposto, com cruzamento em torno de uma margem de vitória de 13–15 pontos percentuais. Este resultado traduz uma lógica clara de sinalização de capital eleitoral: autarcas com vitórias expressivas são ativos políticos valiosos para os partidos a nível nacional; autarcas com vitórias contestadas são canalizados para nomeações administrativas.

A dimensão municipal (**H_2**) confirma também o padrão esperado: a probabilidade de cargo nacional aumenta com o número de eleitores, tornando-se o destino dominante acima de aproximadamente 18 000 eleitores, enquanto abaixo desse limiar a nomeação administrativa prevalece. As receitas municipais per capita (**H_5**) apresentam um padrão que contraria a hipótese formulada: em vez de favorecer o SEE, receitas per capita mais elevadas associam-

se a uma maior probabilidade de nomeação administrativa. Este resultado, conjugado com o efeito da dimensão eleitoral, sugere que as duas variáveis captam dimensões complementares do município — a sua visibilidade política e a sua sofisticação financeira por residente — que geram trajetórias pós-mandato distintas. A hipótese relativa ao número de mandatos (**H_4**) não pode ser avaliada de forma conclusiva devido à instabilidade numérica dos coeficientes do segundo estágio, decorrente da dimensão reduzida da subamostra ($N = 57$).

Em síntese, os resultados apontam para a existência de um mercado político-administrativo estratificado, no qual o alinhamento com o partido no poder e a força eleitoral do autarca são as principais variáveis de acesso e de posicionamento. O exercício de funções autárquicas constitui uma etapa relevante em percursos profissionais mais amplos, cuja direção é determinada menos pelas características do município do que pelo capital político individual acumulado.

6.2 Contributos teóricos e empíricos

Do ponto de vista teórico, o estudo contribui para o aprofundamento da literatura sobre carreiras políticas no contexto do poder local, um domínio ainda relativamente pouco explorado, nomeadamente no que respeita à fase pós-mandato. Ao demonstrar empiricamente que a dimensão eleitoral e o alinhamento político operam como mecanismos de triagem e de acesso a diferentes tipos de posições públicas, a investigação reforça a perspetiva que encarece o capital político como recurso diferenciador nos mercados de elite. A identificação de um limiar de dimensão eleitoral (18 000 eleitores) que separa dois destinos dominantes constitui, em particular, um contributo analítico concreto para a compreensão da mobilidade entre o poder local e o poder central.

Do ponto de vista metodológico, a estratégia econométrica em dois estágios com correção de seleção amostral pelo método de Heckman constitui uma abordagem inovadora no estudo das carreiras políticas subnacionais em Portugal. A modelação explícita do processo de seleção para a vida pública nacional — separada da análise do tipo de destino — permite obter estimativas do segundo estágio não enviesadas pela não-aleatoriedade da subamostra, superando uma limitação comum em estudos anteriores baseados exclusivamente em análise descritiva ou em regressões sobre subamostras não corrigidas.

No plano empírico, o principal contributo reside na sistematização inédita de dados sobre o percurso pós-mandato dos presidentes de câmara em Portugal para o ciclo autárquico 2021–2025. Esta base estruturada, que integra informação sobre trajetórias profissionais, características municipais e resultados eleitorais, oferece um ponto de partida relevante para o desenvolvimento de estudos comparativos e longitudinais.

6.3 Limitações do estudo

Apesar dos contributos apresentados, o estudo apresenta limitações que importa reconhecer. A mais relevante diz respeito à dimensão da subamostra do segundo estágio ($N = 57$), que, face ao número de parâmetros estimados

no modelo logit multinomial, gera instabilidade numérica em alguns coeficientes, com razões de risco relativo de magnitude implausível. Esta limitação impede uma interpretação fiável dos coeficientes brutos do segundo estágio, sendo a análise de efeitos marginais — que integra a informação de toda a distribuição — o instrumento mais adequado para a leitura substantiva dos resultados.

Em segundo lugar, a análise incide exclusivamente sobre o ciclo autárquico 2021–2025, o que impede a comparação temporal e a identificação de eventuais mudanças nos padrões de trajetória associadas a diferentes contextos políticos ou configurações governativas. A extensão da análise a ciclos anteriores permitiria avaliar, nomeadamente, se o papel do alinhamento político varia consoante o partido no poder.

Em terceiro lugar, a existência de 27 casos sem informação identificada sobre o percurso pós-mandato pode introduzir enviesamentos de seleção nos resultados, particularmente se os percursos não identificados não forem aleatoriamente distribuídos pelas características dos autarcas. É possível que trajetórias menos visíveis — como o regresso silencioso à vida privada — estejam sub-representadas na amostra de estimação.

Por fim, a natureza observacional do desenho empírico impede a identificação de efeitos causais stricto sensu. Os resultados devem ser interpretados como associações condicionais ajustadas pelo processo de seleção modelado, e não como impactos causais das variáveis sobre as trajetórias.

Pistas para investigação futura

Os resultados e as limitações identificadas apontam para várias linhas de investigação futura. A extensão da análise ao ciclo autárquico 2017–2021 permitiria uma primeira comparação temporal e a avaliação da estabilidade dos padrões identificados. A inclusão de autarcas de outros países da Europa do Sul, com sistemas de poder local e de limitação de mandatos comparáveis, permitiria situar o caso português num contexto mais amplo e avaliar a robustez dos mecanismos identificados.

A instabilidade observada nos coeficientes do segundo estágio decorre, em larga medida, do tamanho reduzido da subamostra de ex-autarcas com destino identificado na vida pública nacional. Investigação futura com dados de múltiplos ciclos eleitorais poderá superar esta limitação e permitir uma estimação mais robusta do modelo logit multinomial, incluindo a hipótese relativa ao número de mandatos (**H_4**), que permanece inconclusiva.

O resultado inesperado de **H_5** — o facto de receitas per capita mais elevadas estarem associadas a nomeações administrativas e não ao SEE — abre uma linha de investigação relevante sobre a natureza dos municípios "ricos em receita mas pequenos em eleitores" e sobre os mecanismos pelos quais os seus líderes são integrados no aparelho administrativo do Estado. A realização de estudos qualitativos, nomeadamente entrevistas a ex-autarcas e a responsáveis partidários, poderá lançar luz sobre os processos informais de recrutamento que os modelos quantitativos não conseguem captar integralmente.

Bibliografia

Amado, M. A. (2016). *Limitação de mandatos autárquicos [a lei nº 46/2005, de 29 de agosto] – até quando o caciquismo em portugal?* (Tese de mestrado). Universidade Nova de Lisboa.

Anderson, L. (2010). The ex-presidents. *Journal of Democracy*, *21*(2), 65–78. Retrieved from `https://www.journalofdemocracy.org/articles/the-ex-presidents/`

Azevedo, A. (2014). Anotação aos acórdãos nº 480/2013 e nº 494/2013 do tribunal constitucional. a dimensão jurídica do problema da limitação de mandatos. *e-Pública, Revista Eletrónica de Direito Público*, *1*(1), 136–167.

Baturo, A. (2016). Democracy, development, and career trajectories of former political leaders. *Comparative Political Studies*, 1–32. Retrieved from `https://www.cps.sagepub.com`

Cameron, A. C., & Trivedi, P. K. (2005). *Microeconometrics: Methods and applications*. Cambridge: Cambridge University Press.

Einstein, K. L., Glick, D. M., Palmer, M., & Pressel, R. J. (2018). Do mayors run for higher office? new evidence on progressive ambition. *American Politics Research*, 1–25. Retrieved from `https://open.bu.edu/items/f52c2f8a-8cec-4366-b853-6406a9c09227`

Glaeser, E. L. (1997). Self-imposed term limits. *Public Choice*, *93*(3–4), 389–394. doi: 10.1023/A:1017981411977

Greene, W. H. (2018). *Econometric analysis* (8th ed.). New York: Pearson.

Heckman, J. J. (1979). Sample selection bias as a specification error. *Econometrica*, *47*(1), 153–162. doi: 10.2307/1912352

Long, J. S. (1997). *Regression models for categorical and limited dependent variables*. Thousand Oaks, CA: SAGE Publications.

Long, J. S., & Freese, J. (2014). *Regression models for categorical dependent variables using stata* (3rd ed.). College Station, TX: Stata Press.

Madeira, M. B. (2018). *Os determinantes da reeleição dos presidentes de câmara em portugal (2002–2017)* (Tese de mestrado, Universidade de Aveiro). Retrieved from `https://opac.ua.pt/cgi-bin/koha/opac-detail.pl?biblionumber=295267`

Martins, T. M. R. (2015). *Political alternation at sub-national democracies: the cases of the azores, madeira and the canary islands* (Tese de doutoramento, Universidade de Lisboa). Retrieved from `http://hdl.handle.net/10451/19928`

Mattozzi, A., & Merlo, A. (2007). *Political careers or career politicians? second version* (Tech. Rep.). Penn Institute for Economic Research. Retrieved from `http://ssrn.com/abstract=961844`

McFadden, D. (1974). Conditional logit analysis of qualitative choice behavior. In P. Zarembka (Ed.), *Frontiers in econometrics* (pp. 105–142). New York: Academic Press.

Moreira, A. (1997). *Teoria das relações internacionais* (2nd ed.). Coimbra: Almedina.

Murphy, R. D. (1980). Whither the mayors? a note on mayoral careers. *The Journal of Politics*, *42*(1), 277–290. Retrieved from http://www.jstor.org/stable/2130028

Navarro, C., & Sanz, A. (2018). The social base and career development of spanish mayors. *Revista Española de Ciencia Política*, *46*, 21–48. doi: 10.21308/recp.46.02

Neves, F. H. (2013). *A ratio da limitação dos mandatos autárquicos: A raiz constitucional da lei n.º 46/2005.* Portal Verbo Jurídico.

Palmer, M., & Schneer, B. (2019). Postpolitical careers: How politicians capitalize on public office. *The Journal of Politics*, *81*(2). Retrieved from https://maxwellpalmer.com/docs/articles/Palmer_Schneer_Postpolitical_Careers.pdf

Pereira, A. (2024). *O impacto da limitação de mandatos nas despesas locais: O caso dos municípios portugueses* (Tese de mestrado, Universidade do Minho). Retrieved from https://repositorium.uminho.pt/entities/publication/1e79e869-912c-4735-ac45-b4d264528ddb

Rodrigues, A. L. A. (2016). *Os efeitos nas finanças locais da limitação de mandatos dos autarcas portugueses* (Tese de mestrado, Universidade do Minho). Retrieved from https://hdl.handle.net/1822/42257

Saraiva, A. P. (2017). Liderança política no feminino: As presidentes de câmara no poder local em portugal. *Faces de Eva – Estudos sobre a mulher*(37), 41–61. Retrieved from https://scielo.pt/pdf/eva/n37/n37a05.pdf

Silva, E., & Martins, M. L. (2017). A cultura da entronização e da eternização da elite política. In *Centro de estudos de comunicação e sociedade* (pp. 73–97). Universidade do Minho. Retrieved from https://repositorium.uminho.pt/bitstreams/26230fa4-1c8c-4001-ad3d-219cf2980e11/download

Theakston, K. (2012). Life after political death: Former leaders in western democracies. *Representation*, *48*(2), 139–149. doi: 10.1080/00344893.2012.683494

Veiga, F. J., Veiga, L. G., Fernandes, B., & Martins, J. (2017). *Limitação de mandatos: O impacto nas finanças locais e na participação eleitoral* (Tech. Rep.). Fundação Francisco Manuel dos Santos. Retrieved from https://ffms.pt/sites/default/files/2022-07/limitacao-de-mandatos-o-impacto-nas-financas-locais-e-na-participacao-eleitoral.pdf

Watson, D. J., & Hassett, W. L. (2004). Career paths of city managers in america's largest council-manager cities. *Public Administration Review*, *64*(2), 192–199.

Wolman, H., Page, E., & Reavley, M. (1990). Mayors and mayoral careers. *Urban Affairs Quarterly*, *25*(3), 500–513. Retrieved from http://www.uar.sagepub.com

Wooldridge, J. M. (2010). *Econometric analysis of cross section and panel data* (2nd ed.). Cambridge, MA: MIT Press.

Anexos

Anexo 1 – Lei n.º 46/2005, de 29 de agosto

Estabelece limites à renovação sucessiva de mandatos dos presidentes dos órgãos executivos das autarquias locais.

A Assembleia da República decreta, nos termos da alínea c) do artigo 161.º da Constituição, o seguinte:

Artigo 1.º – Limitação de mandatos dos presidentes dos órgãos executivos das autarquias locais

1. O presidente de câmara municipal e o presidente de junta de freguesia só podem ser eleitos para três mandatos consecutivos.

2. O presidente de câmara municipal e o presidente de junta de freguesia, depois de concluídos os mandatos referidos no número anterior, só podem ser candidatos ao mesmo cargo decorridos quatro anos sobre o termo do terceiro mandato consecutivo.

3. No caso de renúncia ao mandato, os titulares dos órgãos referidos nos números anteriores não podem candidatar-se novamente ao mesmo cargo no mesmo município ou freguesia, dentro do período normal do respetivo mandato.

Artigo 2.º – Entrada em vigor

A presente lei entra em vigor no dia 1 de janeiro de 2006.

Aprovada em 28 de julho de 2005.

Anexo 2 – Lista dos presidentes de câmara impedidos de se recandidatar em 2025

Table 8 Lista dos presidentes de câmara em situação de limitação de mandatos (Autárquicas 2025)

Município	**Presidente eleito nas Autárquicas 2021**	**Força política**	**N.º de Mandatos**
ALBERGARIA-A-VELHA	ANTÓNIO AUGUSTO AMARAL LOUREIRO E SANTOS	CDS-PP	3º mandato
ALCÁCER DO SAL	VITOR MANUEL CHAVES DE CARO PROENÇA	CDU (PCP.PEV)	3º mandato
ALCOUTIM	OSVALDO DOS SANTOS GONÇALVES	PS	3º mandato
ALENQUER	PEDRO MIGUEL FERREIRA FOLGADO	PS	3º mandato
ALMEIRIM	PEDRO MIGUEL CESAR RIBEIRO	PS	3º mandato
ALMODÔVAR	ANTÓNIO MANUEL ASCENÇÃO MESTRE BOTA	PS	3º mandato

Table 8 Lista dos presidentes de câmara em situação de limitação de mandatos *(continuação)*

Município	**Presidente eleito nas Autárquicas 2021**	**Força política**	**N.º de Mandatos**
AMADORA	CARLA MARIA NUNES TAVARES	PS	3º mandato
AMARANTE	JOSÉ LUÍS GASPAR JORGE	PPD/PSD.CDS-PP	3º mandato
AMARES	MANUEL DA ROCHA MOREIRA	PPD/PSD.CDS-PP	3º mandato
ANADIA	MARIA TERESA BELÉM CORREIA CARDOSO	GCE	3º mandato
ANGRA DO HEROÍSMO	JOSÉ GABRIEL DO ÁLAMO DE MENESES	PS	3º mandato
ARCOS DE VALDEVEZ	JOÃO MANUEL DO AMARAL ESTEVES	PPD/PSD	3º mandato
ARMAMAR	JOÃO PAULO SOARES CARVALHO PEREIRA DA FONSECA	PPD/PSD.CDS-PP	3º mandato
ARRAIOLOS	SÍLVIA CRISTINA TIRAPICOS PINTO	CDU (PCP.PEV)	3º mandato
ARRUDA DOS VINHOS	ANDRÉ FILIPE DOS SANTOS MANOS RIJO	PS	3º mandato
AVEIRO	JOSÉ AGOSTINHO RIBAU ESTEVES	PPD/PSD.CDS-PP.A.PPM	3º mandato
AVIS	NUNO PAULO AUGUSTO DA SILVA	CDU (PCP.PEV)	3º mandato
BELMONTE	ANTÓNIO PINTO DIAS ROCHA	PS	3º mandato
BENAVENTE	CARLOS ANTÓNIO PINTO COUTINHO	CDU (PCP.PEV)	3º mandato
BORBA	ANTÓNIO JOSÉ LOPES ANSELMO	GCE	3º mandato
BOTICAS	FERNANDO EIRÃO QUEIROGA	PPD/PSD	3º mandato
BRAGA	RICARDO BRUNO ANTUNES MACHADO RIO	PPD/PSD.CDS-PP.PPM.A	3º mandato
BRAGANÇA	HERNÂNI DIAS	PPD/PSD	3º mandato
CADAVAL	JOSÉ BERNARDO NUNES	PPD/PSD	3º mandato
CALHETA	CARLOS MANUEL FIGUEIRA DE ORNELAS TELES	PPD/PSD	3º mandato
CALHETA	DÉCIO NATÁLIO ALMADA PEREIRA	GCE	3º mandato
CÂMARA DE LOBOS	PEDRO EMANUEL ABREU COELHO	PPD/PSD	3º mandato
CAMINHA	LUIS MIGUEL DA SILVA MENDONÇA ALVES	PS	3º mandato
CASCAIS	CARLOS MANUEL LAVRADOR DE JESUS CARREIRAS	PPD/PSD.CDS-PP	3º mandato

Table 8 Lista dos presidentes de câmara em situação de limitação de mandatos *(continuação)*

Município	**Presidente eleito nas Autárquicas 2021**	**Força política**	**N.º de Mandatos**
CASTELO DE VIDE	ANTÓNIO MANUEL DAS NEVES NOBRE PITA	PPD/PSD	3º mandato
CASTRO MARIM	FRANCISCO AUGUSTO CAIMOTO AMARAL	PPD/PSD	3º mandato
CHAMUSCA	PAULO JORGE MIRA LUCAS CEGONHO QUEIMADO	PS	3º mandato
CINFÃES	ARMANDO SILVA MOURISCO	PS	3º mandato
CONDEIXA-A-NOVA	NUNO MIGUEL MARTINS RONDÃO MOITA DA COSTA	PS	3º mandato
CORUCHE	FRANCISCO SILVESTRE DE OLIVEIRA	PS	3º mandato
CORVO	JOSÉ MANUEL ALVES DA SILVA	PS	3º mandato
COVILHÃ	VÍTOR MANUEL PINHEIRO PEREIRA	PS	3º mandato
CUBA	JOÃO MANUEL CASACA PORTUGUÊS	CDU (PCP.PEV)	3º mandato
ENTRONCAMENTO	JORGE MANUEL ALVES DE FARIA	PS	3º mandato
ESPOSENDE	ANTÓNIO BENJAMIM DA COSTA PEREIRA	PPD/PSD	3º mandato
ESTARREJA	DIAMANTINO MANUEL SABINA	PPD/PSD.CDS-PP	3º mandato
ÉVORA	CARLOS MANUEL RODRIGUES PINTO DE SÁ	CDU (PCP.PEV)	3º mandato
FARO	ROGÉRIO CONCEIÇÃO BACALHAU COELHO	PPD/PSD.CDS-PP.IL.MPT.PPM	3º mandato
FIGUEIRÓ DOS VINHOS	JORGE MANUEL FERNANDES DE ABREU	PS	3º mandato
FORNOS DE ALGODRES	ANTÓNIO MANUEL PINA FONSECA	PS	3º mandato
FRONTEIRA	ROGÉRIO DAVID SÁDIO DA SILVA	PPD/PSD	3º mandato
FUNDÃO	PAULO ALEXANDRE BERNARDO FERNANDES	PPD/PSD	3º mandato
GAVIÃO	JOSÉ FERNANDO DA SILVA PIO	PS	3º mandato
GONDOMAR	MARCO ANDRÉ DOS SANTOS MARTINS LOPES	PS	3º mandato
GOUVEIA	LUIS MANUEL TADEU MARQUES	PPD/PSD	3º mandato
GRÂNDOLA	ANTÓNIO DE JESUS FIGUEIRA MENDES	CDU (PCP.PEV)	3º mandato
GUIMARÃES	DOMINGOS BRAGANÇA SALGADO	PS	3º mandato

Table 8 Lista dos presidentes de câmara em situação de limitação de mandatos *(continuação)*

Município	**Presidente eleito nas Autárquicas 2021**	**Força política**	**N.º de Mandatos**
IDANHA-A-NOVA	ARMINDO MOREIRA PALMA JACINTO	PS	3º mandato
LOULÉ	VITOR MANUEL GONÇALVES ALEIXO	PS	3º mandato
LOURINHÃ	JOÃO DUARTE ANASTÁCIO DE CARVALHO	PS	3º mandato
LOUSÃ	LUÍS MIGUEL CORREIA ANTUNES	PS	3º mandato
LOUSADA	PEDRO DANIEL MACHADO GOMES	PS	3º mandato
MAÇÃO	VASCO ANTÓNIO MENDONÇA SEQUEIRA ESTRELA	PPD/PSD	3º mandato
MACHICO	RICARDO MIGUEL NUNES FRANCO	PS	3º mandato
MADALENA	JOSÉ ANTÓNIO MARCOS SOARES	PPD/PSD	3º mandato
MAFRA	HÉLDER ANTÓNIO GUERRA DE SOUSA SILVA	PPD/PSD	3º mandato
MELGAÇO	MANOEL BATISTA CALÇADA POMBAL	PS	3º mandato
MIRA	RAUL JOSÉ REI SOARES DE ALMEIDA	PPD/PSD	3º mandato
MIRANDA DO CORVO	ANTÓNIO MIGUEL COSTA BAPTISTA	PS	3º mandato
MONFORTE	GONÇALO NUNO RIBEIRO B. A. PATACA LAGEM	CDU (PCP.PEV)	3º mandato
MONTALEGRE	MANUEL ORLANDO FERNANDES ALVES	PS	3º mandato
MONTEMOR-O-VELHO	EMÍLIO AUGUSTO FERREIRA TORRÃO	PS	3º mandato
MONTIJO	NUNO MIGUEL CARAMUJO RIBEIRO CANTA	PS	3º mandato
MURTOSA	JOAQUIM MANUEL DOS SANTOS BAPTISTA	PPD/PSD	3º mandato
NAZARÉ	WALTER MANUEL CAVALEIRO CHICHARRO	PS	3º mandato
NISA	MARIA IDALINA ALVES TRINDADE	PS	3º mandato
OLEIROS	FERNANDO MARQUES JORGE	PPD/PSD	3º mandato
OLHÃO	ANTÓNIO MIGUEL VENTURA PINA	PS	3º mandato
OVAR	SALVADOR MALHEIRO	PPD/PSD	3º mandato
PAÇOS DE FERREIRA	HUMBERTO FERNANDO LEÃO PACHECO DE BRITO	PS	3º mandato
PALMELA	ÁLVARO MANUEL BALSEIRO AMARO	CDU (PCP.PEV)	3º mandato

Table 8 Lista dos presidentes de câmara em situação de limitação de mandatos *(continuação)*

Município	**Presidente eleito nas Autárquicas 2021**	**Força política**	**N.º de Mandatos**
PAREDES DE COURA	VÍTOR PAULO GOMES PEREIRA	PS	3º mandato
PENAFIEL	ANTONINO AURÉLIO VIEIRA DE SOUSA	PPD/PSD.CDS-PP	3º mandato
PENALVA DO CASTELO	FRANCISCO LOPES DE CARVALHO	PS	3º mandato
PENAMACOR	ANTÓNIO LUÍS BEITES SOARES	PS	3º mandato
PINHEL	RUI MANUEL SARAIVA VENTURA	PPD/PSD	3º mandato
PONTE DE SOR	HUGO LUÍS PEREIRA HILÁRIO	PS	3º mandato
PORTEL	JOSÉ MANUEL CLEMENTE GRILO	PS	3º mandato
PORTIMÃO	ISILDA MARIA PRAZERES DOS SANTOS VARGES GOMES	PS	3º mandato
PORTO	RUI DE CARVALHO DE ARAÚJO MOREIRA	GCE	3º mandato
PORTO MONIZ	JOÃO EMANUEL SILVA CÂMARA	PS	3º mandato
PÓVOA DE VARZIM	AIRES HENRIQUE DO COUTO PEREIRA	PPD/PSD	3º mandato
RESENDE	MANUEL JOAQUIM GARCEZ TRINDADE	PS	3º mandato
RIBEIRA BRAVA	RICARDO ANTÓNIO NASCIMENTO	GCE	3º mandato
RIBEIRA GRANDE	ALEXANDRE BRANCO GAUDÊNCIO	PPD/PSD	3º mandato
SALVATERRA DE MAGOS	HÉLDER MANUEL RAMALHO DE SOUSA ESMÉNIO	PS	3º mandato
SANTA COMBA DÃO	LEONEL JOSÉ ANTUNES GOUVEIA	PS	3º mandato
SANTA CRUZ	FILIPE MARTINIANO MARTINS DE SOUSA	JPP	3º mandato
SANTA CRUZ DAS FLORES	JOSÉ CARLOS PIMENTEL MENDES	PS	3º mandato
SANTA MARIA DA FEIRA	EMÍDIO SOUSA	PPD/PSD	3º mandato
SANTA MARTA DE PENAGUIÃO	LUÍS REGUENGO MACHADO	PS	3º mandato
SANTARÉM	RICARDO GONÇALVES RIBEIRO GONÇALVES	PPD/PSD	3º mandato
SANTIAGO DO CACÉM	ÁLVARO DOS SANTOS BEIJINHA	CDU (PCP.PEV)	3º mandato
SÃO BRÁS DE ALPORTEL	VITOR MANUEL MARTINS GUERRREIRO	PS	3º mandato
SÃO PEDRO DO SUL	VITOR MANUEL DE ALMEIDA FIGUEIREDO	PS	3º mandato
SÃO VICENTE	JOSÉ ANTÓNIO GONÇALVES GARCÊS	PPD/PSD.CDS-PP	3º mandato

Table 8 Lista dos presidentes de câmara em situação de limitação de mandatos *(continuação)*

Município	**Presidente eleito nas Autárquicas 2021**	**Força política**	**N.º de Mandatos**
SARDOAL	ANTÓNIO MIGUEL CABEDAL BORGES	PPD/PSD	3º mandato
SEIXAL	JOAQUIM CESÁRIO CARDADOR DOS SANTOS	CDU (PCP.PEV)	3º mandato
SERNANCELHE	CARLOS SILVA SANTIAGO	PPD/PSD	3º mandato
SILVES	ROSA CRISTINA GONÇALVES DA PALMA	PCP-PEV	3º mandato
SINES	NUNO JOSÉ GONÇALVES MASCARENHAS	PS	3º mandato
SINTRA	BASÍLIO ADOLFO DE MENDONÇA HORTA DA FRANCA	PS	3º mandato
SOBRAL DE MONTE AGRAÇO	JOSÉ ALBERTO QUINTINO DA SILVA	PCP	3º mandato
SOURE	MÁRIO JORGE DA COSTA RODRIGUES NUNES	PS	3º mandato
TABUAÇO	CARLOS ANDRÉ TELES PAULO DE CARVALHO	PPD/PSD.CDS-PP	3º mandato
TAROUCA	VALDEMAR DE CARVALHO PEREIRA	PPD/PSD	3º mandato
TOMAR	ANABELA GASPAR DE FREITAS	PS	3º mandato
TONDELA	JOSÉ ANTÓNIO GOMES DE JESUS	PPD/PSD	3º mandato
TORRE DE MONCORVO	NUNO GONÇALVES	PPD/PSD.CDS-PP	3º mandato
TORRES NOVAS	PEDRO PAULO RAMOS FERREIRA	PS	3º mandato
TRANCOSO	AMÍLCAR JOSÉ NUNES SALVADOR	PS	3º mandato
TROFA	SÉRGIO HUMBERTO PEREIRA DA SILVA	PPD/PSD.CDS-PP	3º mandato
VAGOS	SILVÉRIO REGALADO	PPD/PSD	3º mandato
VALE DE CAMBRA	JOSÉ ALBERTO FREITAS SOARES PINHEIRO E SILVA	CDS-PP	3º mandato
VALONGO	JOSÉ MANUEL PEREIRA RIBEIRO	PS	3º mandato
VALPAÇOS	AMILCAR RODRIGUES ALVES CASTRO DE ALMEIDA	PPD/PSD	3º mandato
VELAS	LUÍS VIRGÍLIO DE SOUSA DA SILVEIRA	CDS-PP	3º mandato
VENDAS NOVAS	LUÍS CARLOS PITEIRA DIAS	PS	3º mandato
VIEIRA DO MINHO	ANTÓNIO CARDOSO BARBOSA	PPD/PSD	3º mandato

Table 8 Lista dos presidentes de câmara em situação de limitação de mandatos *(continuação)*

Município	**Presidente eleito nas Autárquicas 2021**	**Força política**	**N.º de Mandatos**
VILA DE REI	RICARDO JORGE MARTINS AIRES	PPD/PSD	3º mandato
VILA FRANCA DO CAMPO	RICARDO MANUEL DE AMARAL RODRIGUES	PS	3º mandato
VILA NOVA DA BARQUINHA	FERNANDO MANUEL DOS SANTOS FREIRE	PS	3º mandato
VILA NOVA DE GAIA	EDUARDO VÍTOR DE ALMEIDA RODRIGUES	PS	3º mandato
VILA NOVA DE POIARES	JOÃO MIGUEL SOUSA HENRIQUES	PS	3º mandato
VILA POUCA DE AGUIAR	ANTÓNIO ALBERTO PIRES AGUIAR MACHADO	PPD/PSD	3º mandato
VILA REAL	RUI JORGE CORDEIRO DOS SANTOS	PS	3º mandato
VILA VELHA DE RÓDÃO	LUIS MIGUEL FERRO PEREIRA	PS	3º mandato
VIMIOSO	ANTÓNIO JORGE FIDALGO MARTINS	PPD/PSD	3º mandato
VOUZELA	RUI MIGUEL LADEIRA PEREIRA	PPD/PSD	3º mandato